



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LÍVIA CAROLINE GUEDES BIAS**

**SUBINDO OU DESCENDO DEGRAUS? A relação entre as facções Fatah e Hamas e a  
resolução do conflito palestino-israelense**

**JOÃO PESSOA - PB  
2015**

**LÍVIA CAROLINE GUEDES BIAS**

**SUBINDO OU DESCENDO DEGRAUS? A relação entre as facções Fatah e Hamas e a  
resolução do conflito palestino-israelense**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva.

**JOÃO PESSOA – PB  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B576s Bias, Livia Caroline Guedes  
Subindo ou descendo degraus? [manuscrito] : a relação entre as facções Fatah e Hamas e a resolução do conflito Palestino-Israelense / Livia Caroline Guedes Bias. - 2015.  
59 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.  
"Orientação: Profª. Drª. Ana Paula Maielo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Conflito Palestino-Israelense. 2.Fatah. 3.Hamas. 4. Acomodação Política. I. Título.

21. ed. CDD 327.56



**Livia Caroline Guedes Bias**

Monografia apresentada ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba.

Aprovado (a) em 09/12/2015.

*Ana Paula Maielo Silva*

Professor (a) Ana Paula Maielo Silva / UEPB

Orientador (a)

*Alexandre César Cunha Leite*

Professor (a) Alexandre César Cunha Leite / UEPB

Examinador (a)

*Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann*

Professor (a) Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann / UEPB

Examinador (a)



À minha família com todo amor e carinho.

Ao povo palestino e israelense que acredita em um ambiente de paz e respeito ao próximo! Que nada fomente o ódio entre vocês!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu agradeço à **Jesus Cristo, Maria e todos os anjinhos de luz** por me fazerem encontrar nas vitórias e dificuldades, um caminho de luz, paz e perseverança por dias melhores.

À minha tão querida **família**, por ter me fornecido, naturalmente, os meus primeiros ensinamentos e me acolhido durante todos estes anos, com todos os meus defeitos e qualidades.

À minha “mainha”, **Delma**, que passou madrugadas a fio acordada lendo e interpretando diversos textos quando minha mente já estava cansada, que se tornou expert em Oriente Médio (rs rs) só para me ver plenamente realizada e que me proporcionou os momentos mais hilários, inesquecíveis, felizes e deliciosos durante esta trajetória. Mãe, palavras são indescritíveis para mencionar ou descrever o meu amor e eterna gratidão por você.

Ao meu “painho”, **Pedro**, que por mais calado que possa parecer, sempre me ofereceu palavras de conforto quando tudo parecia não ir bem e que nunca, jamais, deixou de acreditar em mim. Pai, o senhor é nota mil. O melhor pai do mundo. Um dia espero encontrar alguém como o senhor para dividir o resto da minha vida. Te amo!

Às minhas irmãs, **Larissa e Lorena**, por me encorajarem a ter mais paciência (e coloca paciência nisso rs rs) e por me ensinarem que o amor é a melhor forma de revolucionar o mundo. Minhas irmãs, eu sei que a gente briga às vezes (rs rs) mas se mexerem com vocês, tão mexendo comigo hein?! Já passamos por tantos momentos bons e ruins... E nada, nunca, jamais, irá nos separar. Amo vocês duas, suas chatinhas!

Ao meu irmão (posticho), **Yuri**, por todas as caronas, por todas as vezes em que me deu aquele abraço amigo, por ter escutado todos os meus choros e dramas! Sua amizade é indescritível para mim. Gratidão eterna! Tu ainda vais ter que me aturar muito...

À minha irmã (posticha), **Isaura**, linda, maravilhosa, diva do Brasil, por ter me acolhido, por me ensinar diariamente que nada é impossível diante do Poder de Deus, por me dar carinho, compreensão e pensamentos positivos (e haja positividade! rs rs). Tua presença em minha vida foi e tem sido de grandes ensinamentos. Gratidão. Amo você!

À **Dona Lúcia**, por todas as comidas saudáveis, guloseimas, cafés e chás que a senhora fez para mim durante todo esse tempo. Obrigada por me ajudar a arrumar o quarto e os meus livros, quando o que eu mais queria era dormir de tão exausta. A senhora é uma pessoa altamente dedicada e sempre quer me ver bem. Muito grata por tudo.

À minha mãe (de alma, de coração), **Maria de Belém**, por ser uma mulher maravilhosa, uma mãe batalhadora, guerreira e de coração enorme! Gratidão, por sempre (e é sempre mesmo)

ter me acolhido, por ter me ajudado durante esses anos todos, por ter se preocupado com cada café da manhã (que quase sempre eu não tomava rs rs) e por ter me dado um lugarzinho no teu coração.

À **Anna Bhelém**, pelos bons momentos, pelos ensinamentos, pelos segredos compartilhados e por ter transformado esses anos de escola e faculdade numa verdadeira fantasia regadas a muito filme, séries, pipoca e pão de queijo. Seja infinitamente feliz!

Ao meu amigo lindo, maravilhoso e chatinho, **Paulo Batista** (ou seria melhor, @ThePauloBatista?! KKKK), por absolutamente tudo! T-u-d-i-n-h-o mesmo! Gratidão eterna (e principalmente pelas doses de bom humor na UEPB todos os dias, a partir das 07h da manhã). Meu parceiro de PIBIC, DIGNATA, MUNDI, TURMA e etc... <3 Eu te amo do tamanho das Relações Internacionais (rs rs). Tenho certeza que vou te ver brilhar muito e que minha estrela jamais ofuscará a sua!

À doce e sempre bela, **Kamila Borges**, mais popularmente conhecida como “amiiiiiiiiiiiiiiiiiga”. Amiga, (rs, não pude evitar) gratidão por ser esse ser humano incrível e que me faz todos os dias renovar minha fé em um mundo melhor! Gratidão pelos conselhos, estudos, resumos, joguinhos nos finais de semana e por sua generosidade. Sempre pronta para ajudar qualquer um. Te amo e te quero sempre bem!

À minha irmã gêmea, **Letícia Patriota**, porque para aguentar ser confundida comigo todos esses anos tem que me amar muito, viu?! HAHAHA Let, não existe nenhuma palavrinha sequer para explicar meu amor por ti. Você é uma garota fantástica! Seja sempre essa diva fitness, com esse rostinho de boneca <3 Gratidão por todas as madrugadas insones e desesperadas KKK e por todos os guias do MUNDI e por todas as baladas!

Ao meu amigo chatonildo e que está aparecendo todo chique nas minhas referências bibliográficas, **Saul**, o mocinho mais radical que conheço KKKK. Obrigada pelos conselhos, por me ensinar que ovo, frango e batata doce é comida de gente (sqn) e que, apesar, de pensarmos de forma contrária em tudo (ou quase tudo), sempre terá meu carinho e amizade. Vai um conselho para vida: radicalismo não leva a nada! BRIIINKS, rs rs. “Olha a faca!” <3 Te amo assim mesmo. Seja sempre feliz!

À minha amiga, **Aline Matos**, a internacionalista mais cosmopolita do mundo, rs rs, gratidão por ter me acolhido no teu coraçãozinho. Abandonou a gente, mas já já eu te vejo por aí! Te quero sempre feliz. E sinto falta da gente conversando nos corredores da UEPB <3 Vou te ver ou em Brasília, ou aqui, ou no Maranhão ou em qualquer lugar do mundo.

À fofinha, **Aline F**, (sim, porque foi assim que salvei seu nome no meu celular) maior fã de Safadão e linda que só ela, obrigada pelas farras boas, pelas músicas boas, pelas conversas

na UEPB e todos os ensinamentos (que, com certeza, levarei para a vida). Te quero sempre ao meu lado! Amo você.

À linda, **Maria Alice**, por todas as gargalhadas, pelas confissões, pelos estudos compartilhados e pela amizade. Amo você! Continue encantando o mundo e lutando por seus ideais!

Paulo, Kamis, Let, Saul, Aline(s) e Maria Alice, sério, vocês tornaram esses anos de graduação muito mais felizes! Vocês foram meu suporte e exemplo! Eu não tenho nada do que reclamar. Eu amo cada um de vocês e sempre amarei. Todo o meu respeito e carinho!

Ao pessoal da minha turma. Todos aqueles, que continuaram ou que por algum motivo, começaram, mas depois desistiram... Gratidão! Em especial, a **Beatriz, Ana Cláudia e Catarina**. Sejam todas e todos brilhantes naquilo que escolhemos para nossas vidas!

Aos meus lindos e fofos amigos do **procastinators!** Gente, vocês me fazem rir só de lembrar das saídas e de todos aqueles “imagem & ação”. Em especial, vai o meu agradecimento a **Matheus Lins, Indira e Jéssika**. Gente do céu, vocês são demais. Math e suas piadas (pra lá de estranhas, é verdade, rs rs), Indie e sua inteligência absurda e coração enorme e Jess e seu eterno bom humor e simpatia. Vocês são maravilhosos! (P.s: Matheus, obrigada por me tirar da obscuridade, me dar todas essas caronas durante todo esse tempo, me levar pra escutar música clássica e me dar os conselhos mais hilários <3)

À **Flavinho**, por sempre aturar o meu estresse, por escutar cada palavrinha minha, por ter tornado esses anos mais leves e enxergado o melhor de mim. Nos veremos em São Paulo, você trabalhando e arrasando e eu, se Deus quiser, no mestrado! Tua amizade é muito importante para mim. Te amo para além do infinito.

À **Lethycia Paiva**, moça bonita, de simpatia contagiante e olhar sincero. Tu és uma fofa! Minha gratidão e carinho por ti. Obrigada por tudo.

Ao pessoal do **MUNDI**, que nem vou me atrever a citar nomes – para não ser injusta. Todo o meu carinho e admiração. Vocês contribuíram e muito para o meu crescimento (pessoal, intelectual e profissional). Que esse projeto, a quem devo tanto amor, possa encantar ainda mais a vida de outros futuros internacionalistas (como encantou a minha). Uma vez MUNDI, sempre MUNDI <3 Vocês sempre serão minha segunda família!

Ao pessoal da **DIGNATA**, sempre “dignatizando” e levando serviços para além das fronteiras. Obrigada! Vocês me ensinaram muito sobre responsabilidade e que doar nosso trabalho é uma das melhores formas de se fazer o mundo crescer.

Ao pessoal que estudou/estuda Direito comigo. Em especial, a **Jéssika Gadelha, Tatiana Delgado, Raabe Lemos, Luana Araújo, Ihalle Lima, Izabel Cunha, Neto, Caio**



**Ângelo, Thaís e Rayza Benício.** A compreensão de vocês foi essencial durante todo esse tempo. Obrigada pela amizade! Também não poderia deixar de esquecer da **Professora Márcia Bicalho** pela imensa ajuda nas correções da ABNT. Gratidão pelos ensinamentos!!

Ao pessoal do Escritório **Silans & Silva** por terem me acolhido nesse momento tão estressante de monografia e me proporcionado ótimas tardes de riso! Desejo o melhor a cada um de vocês.

À **UEPB**, que apesar de tudo, sempre me deu as ferramentas que estavam ao seu alcance para que eu pudesse elaborar esta pesquisa. Espero que algum dia tenhamos um campus V e melhores condições para todas e todos estudantes. Com especial atenção dedico minha gratidão às meninas da secretaria de RI, **Aylla, Kaline e Sandra** por sempre prestarem seus serviços com o maior carinho e atenção.

Aos meus professores e professoras que, sem sombra de dúvidas, contribuíram para o meu amadurecimento – em vários sentidos. Um dia espero retribuir todos os ensinamentos que me foram passados por vocês. Entretanto, preciso fazer um agradecimento especial a **Laurênia Souto, Elite Gurjão, Luíza Rosa, Andrea Pacheco Pacífico, Cristina Carvalho Pacheco, Alexandre César Cunha Leite, Silvia Nogueira, Filipe Reis Melo e Paulo Kuhlmann.** Vocês são verdadeiros guerreiros! O trabalho de vocês é inestimável.

À minha inteligente, carinhosa e sempre justa, professora **Ana Paula Maielo**, o meu muito obrigada por tudo! Desde os puxões de orelha até as caronas cheias de conselhos. A senhora é o exemplo de dedicação, ética, respeito e amor ao próximo. Um dia, quando crescer, quero ser que nem a senhora (rs rs).

*“As for the Palestinian–Israeli conflict, the greatest threat to peace is not extremism — Islamic or secular — but the context that produces and nurtures it: occupation. The fundamental problem among Palestinians is that the majority of people have no options, power, or future”.*

*Sara Roy,  
Hamis and the transformation(s) of Political Islam in  
Palestine.*

## RESUMO

Os embates travados, nas últimas décadas, por povos palestinos e israelenses têm chamado atenção da comunidade internacional visto seu caráter complexo. De um lado tem-se Israel, país legalmente constituído e soberano; do outro, a Palestina, território que clama pela constituição e reconhecimento de um Estado Palestino. Enquanto o primeiro parece estar disposto a impedir que o sonho palestino ganhe forma, o segundo encontrou na evolução de seu movimento nacionalista uma forma de se buscar concretizar tal objetivo. Nesse cenário, por exemplo, o surgimento do *Fatah* e *Hamas*, facções políticas palestinas nascidas, respectivamente, nas décadas de 50 e 80 como reação ao descontentamento causado à forma como se lidava com a “causa palestina” ganham destaque. Reflexos de uma crescente campanha nacionalista, inicialmente ambos os partidos reivindicavam a libertação de toda a Palestina e o uso da luta armada como alternativa às retaliações israelenses, todavia com o passar dos anos foram sofrendo alterações que, notadamente, acabaram por moldar o próprio conflito. Assim, resta claro que não só as interações entre Israel e a comunidade palestina devem ser levados em conta. A maneira como cada Movimento via o modo de agir do outro se faz preponderante. Destarte, o presente trabalho acredita que compreender as raízes dos desentendimentos entre o *Fatah* e o *Hamas* ajuda a investigar em que medida este conflito interno consegue gerar mais obstáculos à constituição de um Estado palestino do que à sua implementação. Portanto, cabe à esta pesquisa analisar a construção e o desenvolvimento das relações entre esses dois partidos à luz de suas implicações para a perpetuação do conflito palestino-israelense e, por conseguinte, ao recém-criado panorama de acomodação política.

**Palavras-Chave:** Conflito Palestino-Israelense. Fatah. Hamas. Acomodação Política.

## **ABSTRACT**

The battles fought in recent decades, by Palestinian and Israeli peoples have drawn international attention seeing its complex character. On the one hand, Israel has been a legally constituted and sovereign country; on the other, the Palestinian territory calls for the establishment and recognition of a Palestinian state. While the former seems to be willing to prevent the Palestinian dream to take shape, the second found in the evolution of their nationalist movement a way to get achieving this goal. In this scenario, for example, the emergence of Fatah and Hamas, Palestinian political factions born, respectively, in the 50 and 80 in response to dissatisfaction caused to the way it dealt with the "Palestinian cause" are highlighted. Reflections of a growing nationalist campaign, initially both parties demanded the liberation of all of Palestine and the use of armed struggle as an alternative to Israeli retaliation, however over the years they have suffered alterations, which, notably, ultimately shape the conflict itself. Thus, it is clear that not only the interactions between Israel and the Palestinian community must be taken into account. How each movement saw the manner of the other becomes is relevant. Thus, this paper believes that understanding the roots of disagreements between Fatah and Hamas helps investigate to what extent this internal conflict can generate more obstacles to the establishment of a Palestinian state than to implement it. Therefore, it is up to this research to analyze the construction and the development of relations between the two parties in the light of its implications for the perpetuation of the Palestinian-Israeli conflict and, consequently, the newly created panorama of political accommodation.

***Key-words:*** Palestinian-Israeli Conflict. Fatah. Hamas. Political Accommodation.

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – MAPA 1 – PLANO DE PARTILHA DA ONU, 1947

ANEXO B – MAPA 2 – GANHOS TERRITORIAIS ISRAELENSES APÓS A PRIMEIRA GUERRA ÁRABE-ISRAELENSE, 1949

ANEXO C – MAPA 3 – GANHOS TERRITORIAIS ISRAELENSES APÓS A GUERRA DOS SEIS DIAS, 1967

ANEXO D – MAPA 4 – SITUAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NA PALESTINA DURANTE O INÍCIO DO PROCESSO DE OSLO, 1993

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANP – Autoridade Nacional Palestina

CNP – Conselho Legislativo Palestino

MNA – Movimento dos Nacionalistas Árabes

OLP – Organização para Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

OSM – Organização Sionista Mundial

UNSCOP – Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina

Fatah – Movimento de Libertação Nacional da Palestina

Hamas – Movimento de Resistência Islâmico

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 AS BASES DO MOVIMENTO NACIONALISTA PALESTINO	
2.1 A política interárabe	18
2.2 O colonialismo britânico	21
2.3 A criação do Estado de Israel	24
3 O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA PALESTINA: ORIGEM E EVOLUÇÃO	
3.1 A década de 50 e a criação do Fatah	28
3.2 A formação da OLP e os interesses árabes	29
3.3 A guerra dos seis dias e seus reflexos para a luta palestina	32
3.4 Yasser Arafat e a mudança de trajetória do Fatah/OLP	34
4 O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ISLÂMICO: ORIGEM E EVOLUÇÃO	
4.1 A década de 80 e a criação do Hamas	37
4.2 O Processo de Oslo e a instituição da Autoridade Nacional Palestina (ANP)	39
4.3 A Segunda Intifada e seus reflexos para a luta palestina	42
4.4 Os primeiros anos do novo milênio e o início da ascensão do Hamas	44
5 AS DISPUTAS POR PODER ENTRE O FATAH E O HAMAS	
5.1 A Palestina após a vitória do Hamas e a mudança na balança de poder	46
5.2 A assinatura do Acordo de Mecca e a fragmentação política palestina	47
5.3 A acomodação política e o desafio à criação de um Estado Palestino	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	56

## 1 INTRODUÇÃO

O Oriente Médio é uma região amplamente conhecida tanto por sua relevância no cenário histórico mundial, ao ser considerada o nascedouro das grandes civilizações do passado, como por sua extrema instabilidade política, uma vez que constitui cenário constante de conflitos das mais variadas motivações. Dentre eles, os embates travados, nas últimas décadas, por povos palestinos e israelenses têm despertado a atenção da comunidade internacional visto seu caráter complexo.

A despeito de outras razões, o motivo central de sua existência é a disputa por terras. Há quem diga, por exemplo, que a religião é fator determinante.<sup>1</sup> Porém, erra essa corrente ao ignorar, de forma bastante oportuna, que durante séculos os judeus coexistiram pacificamente ao lado dos muçulmanos, estes últimos representados por uma maioria palestina<sup>2</sup>.

De um lado tem-se Israel, país legalmente constituído e soberano; do outro, a Palestina, território que clama pela constituição e reconhecimento de um Estado Palestino. À primeira vista e sem um exame esmiuçado da situação, parece não ser tão difícil imaginar que, de fato, os palestinos são os verdadeiros vilões da história.

Todavia, poucos são aqueles que conseguem realmente vislumbrar a verdadeira conjuntura na qual esses dois atores políticos estão inseridos. É fato que o conflito tem gerado perdas para ambos os lados, porém não há como se negar que a situação de injustiça vivida pelos palestinos seja muito pior. A falta de perspectivas aliada a violência têm sido aspectos marcantes.

Israel e seus governantes, há décadas, parecem estar dispostos a impedir que o sonho palestino ganhe forma. Apesar das tentativas de negociação, para eles aliar-se ao que acreditam ser “terroristas” e abrir mão de algo que historicamente lhes pertence está fora de cogitação. Desse modo, no tocante à sua relevância enquanto ente estatal – refletida no crescente apoio que recebe dos Estados Unidos – têm procurado impor seu controle sobre todo o território que restou a Palestina.

Como exemplo, a Cisjordânia encontra-se hoje ocupada por uma infinidade de assentamentos judaicos – mecanismo que tenta de forma bastante clara ensejar a sobreposição

---

<sup>1</sup> Partindo desse ponto de vista, o judaísmo – representado pelo povo judeu - e o islã – representado pelo povo palestino – não só seriam incompatíveis como dariam ensejo à inevitabilidade do conflito.

<sup>2</sup> Durante a dominação do Império Otomano sob a região da Palestina, judeus e palestinos habitavam a mesma localidade e viviam pacificamente.



deste povo aos palestinos. Ademais, possuem a gestão de grande parte dos recursos hídricos e das fronteiras do território palestino, fiscalizando tudo o que acontece na região.

Em contrapartida, os palestinos – que sempre foram tratados às expensas de outros povos<sup>3</sup> –, há muito, vêm desenvolvendo bases políticas que tem representado seu movimento nacionalista. Nesse sentido, merecem destaque o *Fatah* (Movimento de Libertação Nacional da Palestina) e o *Hamas* (Movimento de Resistência Islâmico), aos quais se debruçará especial atenção.

Sendo reflexo de diferentes conjunturas políticas, ambos os movimentos nasceram com o objetivo de libertar a Palestina. Muito embora tenham sofrido importantes retaliações do Governo israelense, a observância das próprias dinâmicas internas também se faz essencial para uma melhor compreensão do conflito.

Nesse sentido, resta claro que não só as interações entre Israel e a comunidade palestina devem ser levados em conta. A maneira como cada Movimento via o modo de agir do outro se faz preponderante. Conforme será exposto, verifica-se que a relação entre essas duas facções, caracterizadas por uma intensa busca de poder, ao longo dos anos foi sofrendo mudanças cruciais, o que reflete no fato de hoje não se manifestarem de forma tão coesa e pertinente aos seus objetivos iniciais.

Destarte, acredita-se que compreender as raízes dos desentendimentos entre o *Fatah* e o *Hamas* ajuda a investigar em que medida este conflito interno consegue gerar mais obstáculos à constituição de um Estado palestino do que à sua implementação.

Portanto, cabe à presente pesquisa analisar a construção e o desenvolvimento das relações entre esses dois partidos à luz de suas implicações para a perpetuação do conflito palestino israelense. Não é seu interesse fazer uma releitura completa do mesmo, mas sim apenas se apropriar de passagens que são interessantes ao tema proposto.

Com efeito, a pesquisa será dividida em quatro partes. A primeira diz respeito ao estudo do movimento nacionalista palestino à luz de suas bases, quais sejam: a política interárabe, o colonialismo britânico e a criação do Estado de Israel. A segunda e terceira partes terão, respectivamente, como escopo a análise dos principais grupos nacionalistas palestinos, a saber: *Fatah* e *Hamas*. Nestas seções, além do contexto em que ambas as facções nasceram, serão relatados seus posicionamentos políticos e o exame de suas trajetórias. Para isso, trará como eixos de análise o cenário externo – que envolve necessariamente Israel – e as próprias

---

<sup>3</sup>Os palestinos nunca gozaram de soberania plena. Como já visto, além de atualmente estarem sujeitos às pressões externas israelenses, já estiveram anteriormente sob o domínio – total ou parcial, a depender dos casos – do Império Otomano, do Reino Unido, do Egito e da Jordânia.

dinâmicas domésticas – as quais abrangem o modo como se dá a relação entre as duas facções. Finalmente, a última seção abordará as disputas de poder observadas entre elas dando ênfase às mudanças ocorridas – que perpassam caminhos que vão desde o radicalismo até à acomodação – e suas implicações para o conflito com Israel e criação de um Estado Palestino.

Ainda, para cumprir o objetivo proposto, esse estudo baseou-se na revisão de ampla literatura, que envolveu o levantamento de fontes primárias (documentos oficiais, e notícias jornalísticas locais e internacionais) e também de fontes secundárias (artigos científicos, livros e periódicos).

Cabe também destacar que em função da dificuldade para se achar bibliografia específica sobre o *Fatah*, foi feito um estudo comparativo com a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), visto seus trajetos serem semelhantes. Todavia, tomou-se o devido cuidado quanto às suas diferenciações ao longo do texto.

## **2 AS BASES DO MOVIMENTO NACIONALISTA PALESTINO**

A comunidade palestina, durante toda a sua história, nunca pôde gozar de plena soberania. Sempre subordinada à ingerência de outros povos, as bases de seu movimento nacionalista podem ser verificadas desde muito cedo.

Conforme ressalta Silva (2012), esse movimento aparece como resultado da interação entre três fatores, a saber: a política interárabe, o colonialismo britânico e, por fim, a criação do Estado de Israel.

Nesse sentido, a análise do processo de emancipação palestina perpassa, obrigatoriamente, pela compreensão da influência de cada um desses fatores em seus respectivos contextos históricos.

### **2.1 A política interárabe**

A evolução das primeiras formas de identidade palestina no final do século XIX e início do século XX esteve relacionada à experiência dos palestinos com diferentes elementos como o Império Otomano, sua religião, o Arabismo, suas cidades e suas famílias (KHALIDI, 1997).

Nesse sentido, a política interárabe marca um período no qual o Império Turco-Otomano (1517-1918) esteve no centro das questões ligadas à dominação da Palestina<sup>4</sup>, à tentativa de

---

<sup>4</sup> O que era conhecido por Palestina, à época da dominação do Império Turco Otomano, constituía a Grande Síria, região que hoje abrange os territórios de Israel, Jordânia, Líbano, Palestina e Síria.

formação de uma identidade política e ao contexto mais geral do nacionalismo árabe (SILVA, 2012).

Com efeito, Pappe (2006) explicita que cerca de meio milhão de pessoas viviam nessa região quando da chegada do Império, sendo a maioria delas de origem muçulmana. No entanto, contava-se ainda com a presença de, aproximadamente, 20 mil judeus e 60 mil cristãos das mais variadas denominações.

Nessa época, dado o caráter plural de etnias e culturas, estas comunidades – notadamente, as cristãs e judaicas – se organizavam de forma separada sob os moldes previstos no *Millet System*. Seguindo esse sistema, elas seriam “administradas localmente por seus líderes e religiosos e representadas em Istambul [centro administrativo do Império] por um porta voz oficial” (MUSLIH, 1988, p.15).

Isso tudo porque o Império Otomano reconhecia a presença de tais grupos, mesmo sendo minoritários quando comparados ao islâmico. Destarte, admitia não estar apto a impor a *shari'a* (lei mulçumana)<sup>5</sup> sobre todos os seus povos. Assim, caberia às “nações” não-islamitas o autogoverno, caracterizado por pouca – ou nenhuma – interferência do Governo Otomano.

No entanto, com o advento do *Tanzimat*<sup>6</sup> verificou-se a produção de efeitos profundos no modo como o Império até então se estruturava. Dentre as reformas instauradas, a promulgação da lei *Wilayat*, em 1864, mostrou-se essencial ao revelar a necessidade de se assegurar a integridade territorial do Império sob a criação de uma nacionalidade otomana, em que todos seriam tratados igualmente.

Em outras palavras, o objetivo dessa lei era “centralizar os vários instrumentos de governo, diferenciar suas funções de acordo com os princípios racionais de justiça e aplicar esses princípios de forma igual a todos os cidadãos otomanos” (MUSLIH, 1988, p.21-22).

Por conta disso, sua vida administrativa passou a não mais estar presa à noção de comunidades isoladas e regidas por leis próprias, mas sim ao sistema interligado de províncias (*wilayat*), distritos (*sanajiq*) e subdistritos (*aqdiya*) comandados, cada qual, por um oficial sênior, que deveria prestar contas de suas atividades ao sultão – figura central da monarquia otomana (SILVA, 2012).

---

<sup>5</sup> “A estrutura social e política na qual o Império estava calcado era a *shari'a*” (SILVA, 2012, p.33). Isso não só reflete o caráter pan-islamista ao qual o Governo estava subordinado como também a importância das cidades santas, como Jerusalém.

<sup>6</sup> O *Tanzimat* compreendeu um conjunto de reformas introduzidas pelo Império Otomano entre 1839 e 1876 com o objetivo de modernizá-lo e criar um caráter unitário para seu do povo. Essas reformas atingiram as mais diversas áreas, como a econômica, militar, social e, evidentemente, a política (MUSLIH, 1988).

Em certa medida, estas divisões administrativas correspondiam à topografia. A Palestina tinha quatro regiões montanhosas: as montanhas de Jerusalém, as montanhas de Nablus, e duas outras áreas: Hebron, no distrito de Jerusalém; e a Galileia, no subdistrito do Acre. Cada zona geográfica e administrativa teve uma cidade grande como sua capital, de modo que algumas das cidades mais famosas da Palestina eram focos da vida social e cultural. Acre, Nablus e Jerusalém estavam entre estas cidades importantes, como eram as cidades costeiras menores de Haifa, Jaffa e Gaza (PAPPE, 2006, p.14).

Assim, afirma Muslih (1988) que o “otomanismo” emerge como ideologia cuja meta era ganhar a lealdade e confiança dos povos subordinados ao Império. Fruto das ideias lançadas pelos “jovens otomanos”<sup>7</sup>, o autor aponta que sua unificação completa, mediante a instauração de uma monarquia constitucional, fazia-se imprescindível para a consecução de seu objetivo fim, qual seja: a proteção do Islã.

Todavia, tal pensamento só teve força até o início do século XX, quando novas vertentes ideológicas passaram a surgir no cenário otomano. A primeira, conhecida como “arabismo” englobava não só a salvaguarda do Islã como um de seus propósitos, como também a busca por uma maior autonomia do povo árabe frente as políticas realizadas no Império (SHAW, Standford J; SHAW, Ezel Kural, 1977).

Nesse sentido, apesar de ainda representarem um grupo pequeno, suas reivindicações deram ensejo para que uma nova vertente surgisse (KHALIDI, 1991). O “nacionalismo árabe”, segunda resposta ao “otomanismo”, aparece como ideologia de caráter emancipatório, uma vez que pleiteava a total desintegração do Império Otomano com a subsequente aquisição de soberania por parte das províncias árabes.

Segundo Silva (2012) a ideia, gerada entre as grandes famílias de notáveis, era a de se estabelecer um sistema pan-árabe com centro administrativo localizado na Grande Síria (Síria, Líbano e Palestina), trazendo à tona, portanto, o anseio nacionalista de se constituir como um único ente político.

Ocorre que, à essa época, a crise do Governo Otomano já era eminente - não só pelas questões anteriormente advogadas – mas, em grande parte, pelo cenário catastrófico que emergiu com a 1ª Guerra Mundial<sup>8</sup>. O Império parecia não estar mais apto a controlar a insatisfação de seus habitantes, fato que refletia, inclusive, na sua falta de legitimidade para governar.

---

<sup>7</sup> Segundo MUSLIH (1988) “os jovens otomanos” faziam parte das famílias de notáveis – classe mais abastada da região – e de uma vertente menos tradicionalista do Império Otomano. Educados em universidades ocidentais, acreditavam que reformas mais amplas se faziam necessárias para a subsistência de seu próprio Governo.

<sup>8</sup> A partir do momento em que o Império Otomano abandonou sua posição neutra e entrou efetivamente na guerra, grandes contingentes de soldados passaram a chegar na região da Palestina. Ademais, altos índices de desemprego, fome e mortes passaram a fazer parte da rotina de seus povos.

Assim, “a questão da [luta pela] soberania começou a ser um problema evidente – um que iria informar a história da terra e do conflito até hoje” (PAPPE, 2006, p. 61). O Governo Otomano, mesmo ainda sem estar desintegrado, tinha seus territórios sob alvo dos mais diversos olhares, assunto sobre o qual se debruçará especial atenção no próximo subtópico.

## 2.2 O colonialismo britânico

Os acontecimentos na esteira da 1ª guerra mundial evidentemente colocaram o Governo Otomano em situação fragilizada. A crescente insatisfação popular associada às práticas ditatoriais exercidas por Jamal Pasha<sup>9</sup> e pelos “jovens otomanos” foram, ao longo das décadas, mostrando-se insustentáveis. Com efeito, o já provável esfacelamento do Império, fez surgir um cenário propício para realização de acordos secretos (PAPPE, 2006).

Os *hashemitas*<sup>10</sup>, guardiões das cidades santas de Meca e Medina, na figura do *Sharif Husayn*, por exemplo, foram os primeiros a firmar alianças. Ao tomarem ciência de que o Império Otomano tinha o interesse em controlar tais locais e depor seu governante, sentiram-se motivados a buscar ajuda da Grã-Bretanha que, à época, já contava com grande efetivo militar na região vizinha do Cairo (MUSLIH, 1988).

Conforme explicita Pappe (2006, p.65):

A resposta britânica, em primeiro lugar, foi negativa e eles se recusaram a fornecer armas para uma revolta em potencial contra Istambul. Porém, dez meses depois, quando a Grã-Bretanha declarou guerra à Turquia, ofereceu-se uma aliança. Em troca de qualquer ajuda à Grã-Bretanha, a ‘Nação Árabe’, representada pelo *Sharif*, seria protegida pelas forças britânicas contra as investidas turcas, e o apoio, em princípio, seria fornecido para o direito *Hashemita* de governar Meca. Em correspondência posterior - realizada no fim de 1915 e início de 1916 - entre Husayn e Henry McMahon, alto comissário britânico no Egito, a Grã-Bretanha descreveu vagamente as áreas do Oriente Médio que se tornariam independentes sob o governo de sua família após a guerra. (Tradução livre)

Em outras palavras, o acordo visava garantir o apoio árabe à Tríplice Entente<sup>11</sup> contra os otomanos, sob a promessa de que caso as nações aliadas saíssem vitoriosas da guerra, seria assegurado – em um momento oportuno – a independência dos povos árabes, na forma de um Estado árabe indivisível ou Confederação de Estados árabes independentes (GOMES, 2001).

<sup>9</sup> Jamal Pasha foi o mais importante militar da época. Comandante-chefe da expedição de guerra otomana no Oriente Médio, “esse homem e suas ações eram sinônimos, na memória coletiva do árabes e judeus, aos males da guerra” (PAPPE, 2006, p.62)

<sup>10</sup> “Os hashemitas eram notáveis, descendentes do Profeta Muhammad” (PAPPE, 2006, p.64)

<sup>11</sup> A tríplice Entente foi uma aliança formada, inicialmente, pelo Reino Unido, França e Império Russo. A Itália entrou apenas em 1915 por força das promessas territoriais que recebeu. Desse modo, abandonou seu apoio à Tríplice Aliança (Império Turco-Otomano, Império Austro-Húngaro e Alemanha).

Destarte, a Palestina passou a ser discutida como parte importante da diplomacia europeia – notadamente britânica –, a qual buscou se envolver ainda mais na realização de propostas e contrapropostas.

Ainda, em 1916, mais uma aliança foi firmada. Dessa vez, ela era objeto de barganha unicamente dos países aliados. O acordo de *Sykes-Picot*, como ficou conhecido, tinha o objetivo de distribuir as terras árabes aos países-membros da Tríplice Entente, quando da ocorrência da provável desintegração do Império Turco-Otomano.

Entretanto, aponta Gomes (2001, p. 20) que:

A denúncia e revelação do Acordo Sykes-Picot pelo Governo soviético, após a revolução de 1917, e declarações contraditórias da política britânica despertaram temores nos árabes, levando a Grã-Bretanha a dar novas garantias ao seu líder. Em novembro de 1918, a França e Grã-Bretanha, em declaração conjunta, repetiam a garantia dos compromissos assumidos com Husayn [...].

Nesse sentido, ao passo que a vontade de constituir uma nação árabe indivisível aumentava dentre aqueles adeptos da ideologia do “nacionalismo árabe”; o desejo imperialista das grandes potências europeias parecia - a todo custo - querer tornar esse sonho uma utopia.

Observado o completo colapso do Governo Turco-otomano no fim de 1918, algumas disputas por terras foram instauradas anos mais tarde. Como resultado, enquanto a França ficou com os territórios que hoje equivalem à Síria e ao Líbano; a Rússia ficou com partes da Armênia e Anatólia. À Grã-Bretanha, por conseguinte, ficou reservada a responsabilidade de administrar os territórios da Palestina, Jordânia e Iraque (HOURANI, 2012).

Vale notar que, à época, a influência das ideias sionistas já era bem forte nas tomadas de decisão britânicas. Nascido como um movimento nacionalista eminentemente judeu no final do século XIX, o sionismo advogava a “questão judaica”, caracterizada pelo fato desse povo estar sem um lar desde a sua expulsão da Palestina (equivalente à Grande Síria) pelo Império Romano, em 135 d.C. (CARVALHO NETO, 2014).

Dito isso, é fácil notar o porquê de um terceiro compromisso ter sido pactuado entre a Grã-Bretanha e a Organização Sionista Mundial (OSM)<sup>12</sup>. A declaração de Balfour, carta enviada em novembro de 1917 pelo Secretário do Ministério das Relações Exteriores britânico ao *Lord Rothschild*<sup>13</sup>, cedendo às pressões sionistas, deixou claro que os esforços ingleses estariam voltados a constituição de um “lar nacional para o povo judeu” na Palestina.

---

<sup>12</sup> A Organização Sionista Mundial (OSM) foi uma sociedade criada por judeus, em agosto de 1867, tendo como principais objetivos: o alcance de uma maior união entre seu povo face o fortalecimento de sua identidade nacional e a reivindicação do estabelecimento de um Estado soberano.

<sup>13</sup> O Lord Rothschild era o maior patrocinador da causa sionista no mundo, além de ser financiador de vários Governos, dentre eles: o dos Estados Unidos e Inglaterra (GOMES, 2001).

Conforme afirma Gomes (2001, p. 21-22), “foram examinados seis projetos antes de ser formulada sua versão definitiva. Esse meticuloso processo [...] teve por resultado, aparentemente proposital, uma declaração repleta de ambiguidades”. Isso tudo, porque não se pretendia confrontar os árabes nem dar a certeza de que um “Estado Nacional Judaico” – e não lar, como está escrito na carta – seria efetivamente criado.

Com o fim da 1ª Guerra Mundial, a instauração do sistema de mandatos em 1919<sup>14</sup>, foi elemento crucial para que o já existente domínio britânico se efetivasse sobre a Palestina, fazendo com que fosse considerado importante ator estatal no mundo árabe. “Fundando sobre o conceito de que o desenvolvimento dos territórios sob tutela das ‘nações mais adiantadas’ constituía uma ‘missão sagrada da civilização’” (GOMES, 2001, p.23), as terras palestinas eram qualificadas como sendo mandatos de “classe A”, por estarem vinculadas a um governo de complexo grau de maturidade.

Porém, a evidente política contraditória do Reino Unido, ratificada pela crescente chegada de judeus à região da Palestina<sup>15</sup>, fez com que os árabes não mais se conformassem com as promessas britânicas. Como já observado, “a lua-de-mel entre o Nacionalismo Árabe e a Grã-Bretanha durante a Grande Guerra não fez surgir a soberania árabe na Palestina” (PAPPE, 2006, p.68).

Nas palavras de Silva (2012, p. 36), “ainda que as diferentes províncias e comunidades árabes compartilhassem a mesma autodeterminação e independência, estava claro que elas tinham diferentes preocupações e crises particulares para lidar”.

Por conta disso, uma nova ideologia passou a dominar esse cenário, qual seja: o “nacionalismo palestino”. Nesse sentido, advoga Muslih (1998) que ao passo que o “nacionalismo árabe” fracassava frente às diferentes demandas e contextos árabes, mais impulso era dado para que a recém-criada corrente se desenvolvesse e se fortificasse.

A revolta árabe de 1936, por exemplo, representou não só a insatisfação da Palestina mandatária para com os britânicos e seu pretense projeto sionista como também colocou em evidência o movimento nacionalista palestino. De acordo com Ghanem (2002), se por um lado isso lhe trouxe reconhecimento, por outro lhe deixou um saldo negativo<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Fruto do Tratado de Versalhes, o Sistema de Mandatos nada mais era do que a própria legitimação do colonialismo até então empreendido às nações menos desenvolvidas.

<sup>15</sup> Para GOMES (2001, p.26), “a população total teve um aumento de quase 250%, enquanto a população judaica aumentou em aproximadamente 725%, no período entre 1922 e 1946”. Ademais, a chegada de judeus, estimulada pelos britânicos, foi acompanhada da tomada de boa parte das terras férteis palestinas.

<sup>16</sup> A revolta árabe foi palco perfeito das mais diversas reivindicações nacionalistas. No entanto, importantes lideranças do movimento nacionalista palestino foram mortas, aprisionadas, exiladas ou coagidas a fugir. Tal fato, teve grande repercussão sobre os contornos que o movimento viria a ter anos mais tarde (PAPPE, 2006).

Assim, imaginando que o fim do mandato inglês na Palestina estava cada vez mais próximo e objetivando contornar as situações conflituosas, em 1937, o Governo britânico recomendou que essa localidade fosse dividida entre os dois povos. “No entanto, essa proposta indignou as duas partes; os árabes porque lutavam desde o final da Primeira Guerra Mundial pela independência, [e] os sionistas porque pretendiam um Estado judeu ocupando toda a Palestina” (GOMES, 2001, p. 28).

Diante da impossibilidade de agradar as duas partes em conflito e da provável existência de uma Segunda Grande Guerra – na qual o apoio dos árabes seria essencial – outra recomendação foi elaborada em maio de 1939. “Nela, [a Grã-Bretanha] declarava que estava descartada qualquer intenção de criar um Estado Judeu ou de tornar a Palestina independente como Estado árabe, prevendo o fim do mandato para 1949” (GOMES, 2001, p.28).

A adoção desta última – que colocava a região da Palestina à sorte das disputas entre árabes e judeus – fez com que, paradoxalmente, o movimento sionista ganhasse mais força na comunidade judaica e a ideologia do “nacionalismo palestino” – mesmo um pouco desintegrada em função das inúmeras divergências internas<sup>17</sup> – conseguisse ainda mais adeptos entre os palestinos. Tal fato, portanto, marca o “contexto no qual o nacionalismo palestino encontrou seu caminho para [...] definitiva consolidação” (SILVA, 2012, p.37).

Entretanto, com o término da 2ª Guerra Mundial, acompanhada da crise no sistema econômico inglês<sup>18</sup> e do recrudescimento dos embates entre esses dois povos, a Grã-Bretanha se viu obrigada a começar a retirada de suas tropas, a fim de encerrar seu mandato sobre a Palestina. Por sua vez, a problemática foi transmitida à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), o que – conforme será visto – representou um momento decisivo na construção da história dos judeus e palestinos.

### **2.3 A criação do Estado de Israel**

A Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu em um contexto marcado por rastros de intolerância e destruição. Com o objetivo de manter a paz internacional, e, por conseguinte,

---

<sup>17</sup> SAYIGH (1997) afirma que dentro do movimento nacionalista palestino já era possível se observar a existência de partidos. Com a perda de líderes e o subsequente vácuo político – ocasionado primordialmente pela Revolta Árabe de 1936 – as divergências entre eles ficaram ainda mais claras. De forma igual aponta KHALIDI (1997) ao referir-se às divisões existentes entre a própria elite palestina e os setores oriundos de classes mais pobres.

<sup>18</sup> Segundo aponta CAMPBELL (1958 apud GOMES, 2011), a economia da Grã-Bretanha foi profundamente enfraquecida pela guerra, o que fez sua dívida externa dobrar. Como boa parte das ações britânicas para a Palestina eram financiadas pelo *Middle East Supply Center* – banco de cooperação que mantinha junto com os Estados Unidos –, sua capacidade foi diminuída, não podendo, sequer, custear o envio de tropas.



evitar que novos conflitos fossem instaurados, a herança negativa deixada pela 2ª Guerra – da qual o holocausto é exemplo claro – foi determinante para o entendimento de suas tomadas de decisão.

Ademais, esse parecia ser também o posicionamento dos grandes centros de poder que emergiram com o fim desse embate, a saber: Estados Unidos e União Soviética. Apesar do contexto bipolar e das grandes divergências existentes, os dois concordavam que a situação do povo judeu precisava ser resolvida o quanto antes (PAPPE, 2006).

Conforme afirmam Culpi e Rodrigues (2012), verifica-se que isso ocorreu, principalmente, pela necessidade dos estadunidenses e soviéticos tentarem ocupar o lugar deixado pela Grã-Bretanha, buscando, assim, se inserir no Mundo Árabe. Afinal, como a Guerra Fria estava prestes a ser declarada, fazia-se imprescindível angariar quantos aliados fossem possíveis.

Porém, Gomes (2001) aponta para o fato de que ainda assim a influência dos Estados Unidos foi maior, uma vez que foram os primeiros a se expressar sobre o reconhecimento da questão e necessidade de se dar um lar aos judeus, o que invariavelmente, teve reflexo sobre os arranjos feitos no âmbito das Nações Unidas.

Por sua vez, a esse importante órgão coube a responsabilidade de resolver a situação. Para tanto, foi criada, dentro da Assembleia Geral, a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP, em inglês). Contudo, os 11 membros que dela faziam parte não tinham experiência nenhuma com o Oriente Médio ou qualquer conhecimento sobre a conjuntura palestina. Ainda, eles pareciam estar mais impressionados com suas visitas aos campos de sobreviventes do Holocausto do que com o que viam na região (PAPPE, 2006).

Destarte, a análise dessa problemática foi marcada por uma série de “vícios”, os quais recaíram, evidentemente, em prejuízo dos palestinos. Com efeito, os nove meses em que a Comissão esteve buscando resolver o problema, o movimento sionista e seus líderes orquestravam bem suas ações. Além de terem elaborado um plano de partilha e entregue à ONU, analisavam constantemente as riquezas naturais e terras férteis das aldeias palestinas com o objetivo precípua de toma-las para si futuramente (PAPPE, 2006).

Enquanto isso, o lado palestino e árabe não conseguia propor qualquer alternativa que parecesse coerente aos olhos da ONU. Conforme Pappé (2006, p. 124) preceitua, “embora [estivessem] mais atentos do que nunca à mobilização sionista, eram impotentes, mesmo quando a vontade de agir estava lá”. Para ele, a partir do momento que os nacionalistas

palestinos escolheram se submeter às práticas diplomáticas exercidas pela Liga Árabe<sup>19</sup>, a batalha parecia não estar mais em suas mãos.

Assim, a falta de um movimento consolidado em comparação ao judeu, associado às fortes pressões dos Estados Unidos e União Soviética acabou por revelar fragilidades que enaltecera ainda mais o lado sionista. Desse modo, as propostas contrárias à partilha<sup>20</sup> não lograram êxito. Por conta disso, em 29 de novembro de 1947, a ONU – como já era esperado – por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções acatou a Resolução 181, estabelecendo a divisão da região da Palestina entre judeus e palestinos. (Mapa 1)

Daí em diante, uma sucessão de acontecimentos violentos passou a ser rotina no modo como esses dois povos se relacionavam. Com a retirada total das tropas britânicas da região em maio de 1948, o povo judeu se autoproclamou independente, gerando insatisfação em vários países de maioria árabe, próximos ao local. Em consequência, um dia após o surgimento do Estado de Israel, o Egito, Iraque, Jordânia e Síria – exércitos aos quais os palestinos se uniram – iniciaram a primeira guerra árabe-israelense (SOARES, 1989).

Nas palavras de Hroub (2009), essa guerra durou cerca de um ano e teve consequências trágicas para a Palestina. Além da vitória de Israel ter legitimado seu poder enquanto Estado, a supressão de terras palestinas foi tamanha: estima-se que esse povo perdeu mais de 78% de seu território, incluindo a parte ocidental de sua capital Jerusalém. Ainda, milhares foram expulsos de seus vilarejos pela chegada sistemática e, cada vez maior, de judeus à região. (Mapa 2)

Com efeito Silva (2012, p.42) afirma que:

A criação do Estado de Israel em maio de 1948 e a subsequente guerra Árabe-Israelense, teve efeitos profundos na comunidade palestina, marcando a desintegração do movimento nacional palestino e a quase total paralisia de seu campo político. As barreiras para organização política palestina ou para a manifestação de sua identidade passaram a ser cada vez mais maiores tanto no território que se tornou Israel quanto nos países árabes onde os palestinos se refugiaram.

Nesse sentido, a luta do já frágil movimento nacionalista palestino foi posta em cheque mais uma vez quanto à sua credibilidade para lidar com a “questão palestina”<sup>21</sup>. No entanto,

<sup>19</sup> A Liga Árabe foi fundada em 1945 com o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre as nações árabes, assim como mediar disputas entre elas. PAPPE (2006) afirma que os nacionalistas palestinos escolheram aliar-se a essa organização a fim de que sua luta ganhasse mais credibilidade. No entanto, a política de proteção aos interesses árabes e palestinos da Liga nem sempre se deu de forma muito clara. Ao passo que demonstravam sua negativa quanto ao plano de partilha, acordos secretos e contrários a esse posicionamento eram realizados.

<sup>20</sup> Segundo CULPI e RODRIGUES (2012) foram três as propostas contrárias à partilha. Enquanto a primeira, questionava a competência da ONU, no que se refere à partilha e propunha a assistência da Corte Internacional de Justiça para atestar tal fato; a segunda, previa que os Estados membros da ONU acolhessem em seus territórios os refugiados judeus na Europa. A última, no entanto, estabelecia a Palestina unificada e independente.

<sup>21</sup> A questão palestina é caracterizada pela busca da implementação de um Estado Palestino e volta de seus nacionais à sua terra.

Hilal (2003) argumenta que, apesar da fragmentação no campo político, isso não fez desaparecer sua identidade enquanto povo ou mesmo sua vontade de constituir um Estado. Para ele, a recusa dos palestinos em aceitar a resolução da ONU, a experiência da guerra e todas as consequências que dela emergiram, serviram para uni-los, agora, contra os anseios israelenses.

Todavia, essa união estaria, doravante, associada a grupos com agendas políticas mais amplas, tais como as lideradas pelo Egito, a fim de que, assim, se pudesse garantir auxílio a seu objetivo último, qual seja: a libertação da Palestina (SILVA, 2012). Isso porque, a ideologia do “nasserismo”<sup>22</sup>, à época, foi capaz de atribuir a esse país a posição de grande defensor dos árabes – e palestinos – na questão israelense (KHALIDI, 1997).

Desse modo, pequenos grupos nacionalistas foram surgindo – inicialmente de forma secreta – em meados da década de 50 como resultado da extrema insatisfação e tomada de consciência do povo palestino. Dentre eles, o Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Fatah) merece destaque, vez que anos mais tarde passou a lançar as bases da política palestina contemporânea.

### **3 O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA PALESTINA: ORIGEM E EVOLUÇÃO**

A inexistência de um Estado Palestino e o crescente ganho de poder por parte de Israel – conquistado, em grande medida, com o fim da primeira guerra árabe-israelense em 1949 – fizeram da década de 50 o cenário ideal para a reorganização do campo político palestino.

Nesse contexto, o surgimento do Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Fatah) não se dá por acaso. Sendo reflexo de uma complexa rede de fatores, essa facção, inicialmente, passou a advogar por um maior esforço do mundo árabe no sentido de libertar a Palestina.

Ganhando espaço entre as aldeias palestinas, universidades e campos de refugiados suas ideias revelaram impactos significativos sobre os moldes impostos até então à luta palestina – a qual, posteriormente, foi capaz de desenvolver e consolidar uma identidade própria e dissociada de qualquer caráter pan-arabista.

---

<sup>22</sup> O nasserismo advogava uma espécie de novo “pan-árabe nacionalismo”. Diferente da antiga vertente, agora o Egito na figura de seu líder, Nasser, apresentava papel importante quanto as questões que envolviam o mundo árabe. Para tanto, incumbiram-se das negociações voltadas à Palestina recém dividida, acreditando que assim poderiam se firmar como líderes na região (HOURANI, 2012).

### 3.1 A década de 50 e a criação do Fatah

Fundado no ano de 1958 com o apoio de diversos ativistas palestinos – entre os quais se destaca *Yasser Arafat* – e estabelecido, clandestinamente, no Kuwait, o Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Fatah) é comumente entendido com base na relação entre dois fatores, a saber: a ocupação israelense da Faixa de Gaza em 1956<sup>23</sup> e as péssimas condições em que viviam os refugiados palestinos (SILVA, 2012).

Todavia, para Baumgarten (2005), outros fatores devem ser levados em conta. O fato de Israel ter continuado a prosperar e de a luta nacional árabe contra esse país ter se dado apenas de forma retórica fez surgir uma poderosa força sobre a sociedade palestina da época, a qual passou a demandar um novo tipo de Movimento.

Nesse contexto, o *Fatah* emerge enquanto importante ator político ao romper com paradigmas do passado haja vista se diferenciar dos outros grupos nacionalistas que o antecederam. Nas palavras de Pappe (2006, p. 164):

O fenômeno mais marcante do Fatah naqueles primeiros anos foi a sua nova forma de associação composta por estudantes e trabalhadores, alguns dos quais rapidamente fizeram o seu caminho até o topo. Isso fez do Fatah significativamente diferente em relação a composição e orientação dos partidos políticos tradicionais do período mandatário. Não menos incomum foi a ausência de uma ideologia articulada: a Palestina tinha de ser libertada, Israel destruído, e não haveria lugar algum para fixação dos judeus que tinham chegado após a Primeira Guerra Mundial.

Tendo por base a libertação de toda a Palestina como caminho para assegurar a união dos povos árabes, essa facção fez da luta armada e revolução mecanismos estratégicos imprescindíveis – diferente do que se observava com o Movimento dos Nacionalistas Árabes (MNA)<sup>24</sup>, à época, seu principal opositor.

Assim, conforme afirma Silva (2012, p. 46):

Influenciados pelas experiências daqueles que haviam lutado na guerra de 1948, era natural para os jovens que constituíram o Fatah que a luta armada fosse considerada um meio central de ação e mobilização. Destarte, revolução e luta armada tornaram-se as palavras de ordem do movimento.

<sup>23</sup> Por determinação do plano de partilha do UNSCOP, o território da Faixa de Gaza havia sido reservado aos palestinos. Esse episódio é conhecido como fazendo parte da Guerra do Suez, declarada por Israel ao Egito e povos palestinos.

<sup>24</sup> O Movimento dos Nacionalistas Árabes foi estabelecido em 1951, no Líbano, por estudantes da Universidade Americana do Beirute. Além de apregoar como seu objetivo-fim a libertação da Palestina, mediante a união e o uso de práticas retaliatórias por parte de todos os povos árabes contra Israel, o Movimento mostrava-se também completamente contrário às práticas colonialistas exercidas na região - notadamente pela Grã-Bretanha e Estados Unidos -, mantendo, dessa forma, um forte caráter pan-arabista (SAYIGH, 1997).

Declarando-se como Movimento de afiliação não-ideológica e perspectiva secular, seu programa não era facilmente localizado no espectro político da esquerda ou direita, ou ainda incluso em qualquer dicionário de ideologias pós-coloniais (HROUB, 2009).

Entretanto, isso não impediu em nada a divulgação de suas ideias. Através das publicações do jornal *Filastituna* (Nossa Palestina)<sup>25</sup>, realizadas entre 1959 e 1964, foi ficando cada vez mais evidente o desejo de construir uma infraestrutura nacional capaz não só de realizar a luta armada, mas também de sustentar uma vida e política palestina independentes (PAPPE, 2006).

Destarte, a ênfase do *Fatah* em uma identidade palestina específica – ao invés de árabe – contribuiu consideravelmente para o seu sucesso, muito embora nos primeiros anos tenha encontrado pequeno suporte e ampla resistência por parte da população palestina (SHEMESH, 1996).

Contudo, algumas mudanças começaram a ser notadas como resultado dos crescentes apelos do *Fatah*, a partir de sua inédita abordagem da questão palestina, e, principalmente, do desapontamento dos palestinos com os desenvolvimentos da política dos líderes árabes, que tendiam para uma crescente polarização, marcada por fortes rivalidades e disputas<sup>26</sup> (SILVA, 2012).

Nesse sentido, novos rumos lhe foram apresentados. O início da década de 60, por exemplo, inaugura uma nova era na política conduzida pelo *Fatah*. A necessidade de articular os posicionamentos árabes em torno da questão palestina foi colocada como aspecto crucial de seu programa político – fato que, posteriormente, deu origem a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

### 3.2 A formação da OLP e os interesses árabes

A ausência de um quadro político e institucional organizado em torno da questão palestina, principalmente após a criação do Estado de Israel em 1948, encontrou na luta

---

<sup>25</sup> *Nida' al-Hayat – Filastituna* (*The Call of Life – Our Palestine*) era um periódico publicado mensalmente em Beirute, que teve início em novembro de 1959 e serviu como uma plataforma pública através da qual o *Fatah* pode não somente transmitir suas premissas e mensagens, mas especialmente deu ao grupo uma visibilidade maior entre membros potenciais e grupos semelhantes em diferentes províncias (SAYIGH, 1997 apud SILVA, 2012, p. 46).

<sup>26</sup> O posicionamento dos países árabes quanto a questão palestina nunca foi unânime. Nesse sentido, é fácil entender a própria resistência da Liga Árabe em aceitar a formação de um Movimento independente e com propósitos emancipatórios. Por exemplo, o Governo da Jordânia – que em 1950 anexou parte da Cisjordânia, até então pertencente a Palestina – mobilizou-se desde o início no sentido de acabar com quaisquer iniciativas árabes que apoiassem a independência dos palestinos (BRAND, 1988).

encabeçada pelos países árabes – notadamente Egito – a força necessária para dar continuidade às suas reivindicações.

Nesse sentido, se até então os grupos nacionalistas palestinos defendiam o auxílio instrumental ao pan-arabismo como caminho para se libertar a região; o papel independente levantado pelo *Fatah* aparece como divisor de águas e incômodo para muitos. Além de não existir um consenso entre os países árabes sobre tal facção, Nasser temia perder seu consolidado espaço político (KHALIDI, 1997).

À época, as repetidas declarações feitas por esse governante de que seria impossível lutar contra os israelenses, contrastavam com aquelas elaboradas no momento em que assumiu o cargo de mais alto defensor dos palestinos. Ademais, a eminente preocupação com a recém-constituída República Árabe Unida (RAU) – formada pela união entre Egito e Síria – parecia endossar a ideia de que nenhum outro esforço seria realizado em torno dessa causa (SHEMESH, 1996).

Somado a isso, o fato de a Liga Árabe já não refletir mais uma política unicamente tradicional – caracterizada agora por ter regimes radicais como verdadeiros líderes de sua agenda – serviu de impulso no sentido de acolher novos pensamentos. Dentre eles, o discurso defendido pelo representante do povo palestino nessa associação, *Ahmad al-Shuqairi*<sup>27</sup>, surgiu como a oportunidade perfeita (PAPPE, 2006).

Determinado a criar uma entidade que reunisse todas as facções que lutavam em prol da libertação da Palestina; ele desenvolveu um papel importantíssimo ao negociar sua aprovação com os líderes árabes, tentando convencê-los de que uma vez criada, ela traria benefícios para todos (SAYIGH, 1997 apud SILVA, 2012, p.48).

Dando-lhe o nome de Organização para a Libertação da Palestina (OLP), *Shuqairi* de forma estratégica recorreu inicialmente ao apoio do Egito, o qual em janeiro de 1964 a aprovou. Quatro meses mais tarde, durante a Conferência Nacional Palestina realizada em Jerusalém, conseguiu o apoio dos demais países árabes – fato que lhe garantiu o cargo de Presidente (AL - SHUAIBI, 1980 apud SILVA, 2012, pp.48-49)<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup>Ahmad al- Shuqairi foi uma importante personalidade da política árabe e palestina. Filho de mãe turca e pai palestino, nasceu em uma pequena cidade localizada no sul do Líbano, Tibnin. Formado em Direito pela Universidade Britânica de Jerusalém, serviu ao partido Istiqlal durante o período mandatário e ao Alto Comitê Árabe em 1946. Após a criação do Estado de Israel, mudou-se para a Arábia Saudita passando a representar esse país na ONU. Posteriormente, com o apoio de Gamal Abd al-Nasser foi escolhido representante da Palestina para a Liga Árabe, o que, lhe alçou ao cargo de primeiro Presidente da recém-criada OLP (PAPPE, 2006).

<sup>28</sup> Para PAPPE (2006), o apoio egípcio foi fundamental para que o restante dos países árabes apoiasse a ideia de criar uma organização multipartidária. Até mesmo a Jordânia, que até então, vinha desenvolvendo uma política pautada pelo desencorajamento à luta palestina, resolveu aceita-la. Na verdade, isso não se tratou de mera bondade ou mudança de planos, mas sim de uma importante jogada de marketing, haja vista a necessidade de restaurar as relações com Nasser.

Em função disso, os movimentos que antes se viam como atores centrais na luta pelos direitos palestinos passaram a ter que se submeter formalmente a OLP – organização multipartidária cujo objetivo era restaurar a Palestina, através da libertação de todo o território que havia sido ocupado na guerra de 1948 e que se tornara conhecido como Israel (HROUB, 2009).

Na ocasião de seu estabelecimento, os países participantes da Conferência aprovaram também sua Carta Nacional e a fundação do Conselho Nacional Palestino (CNP) – órgão legislativo que anos mais tarde ocuparia a posição de maior representatividade dentro da OLP (SAYIGH, 1997).

Segundo afirma Mohammed (2014, p. 56):

Composto por 422 pessoas indicadas por esse líder palestino, o CNP recebeu diversas críticas por não representar igualmente todas as classes e categorias sociais e por não ser suficientemente revolucionário e ativista. Em outras palavras, embora esse organismo representasse formalmente os palestinos, sua composição não era uniformemente representativa, além de denotar uma postura distinta do perfil do movimento de resistência palestino. Contudo, registre-se que desde seu estabelecimento o Conselho atuou com uma crescente efetividade como um Poder Legislativo. Essa decisão de Shuqayri para compor o CNP, mediante indicação, foi uma alternativa à oposição da maioria dos países árabes à realização de eleições para a escolha dos integrantes de uma entidade palestina. As objeções à conduta do Conselho eram feitas pela Frente de Libertação da Palestina, pela Frente Revolucionária para Libertação da Palestina, pelo Movimento Palestino de Libertação (Fatah), pelo Bloco de Comandos Palestinos, pela Frente Árabe de Libertação da Palestina e pela Frente Nacionalista de Libertação.

Assim, argumentando que essa organização não servia aos propósitos para o qual foi criada – o que em tese constituía uma decisão do povo palestino –, a OLP sujeitava-se apenas aos interesses dos países árabes sobre como e quem deveria representar esse povo e sua luta. Nas palavras de Pappe (2006, pp. 166-167) “foi a contínua exclusão dos palestinos das tomadas de poder e decisão que deixou muitos em dúvida sobre a sinceridade dos planos e ambições dessa entidade”.

Ainda, por não lhe ser permitida tomar a forma de um Governo independente ou exercer papel soberano frente os territórios que restaram à antiga Palestina, esse posicionamento refletiu insistente tensão entre os objetivos palestinos e a construção de um Estado em estágio embrionário (SILVA, 2012)<sup>29</sup>.

Por conta disso, o *Fatah* sentiu-se impulsionado a tentar consolidar seu espaço político como uma frente alternativa a OLP. Desse modo, buscando recuperar seu caráter independente,

---

<sup>29</sup> Por força da Carta Nacional da OLP, essa entidade não poderia assumir qualquer posição diferente daquela para qual foi programada. Desse modo, se os palestinos esperavam que algum dia ela pudesse constituir um Governo independente, suas expectativas foram frustradas (SHUAIBI, 1980).

voltou a investir cada vez mais em ações militares, o que deu início ao período em que o Movimento de Libertação Nacional da Palestina, de fato, passou a afirmar seus ideais e ganhar popularidade (SILVA, 2012).

Com efeito, Al-Shuaibi (1980 apud SILVA, 2012, p. 50) expõe que esta decisão representou uma volta da afirmação do nacionalismo palestino como independente dos planos e ações elaborados sob a tutela de outros interesses, quais sejam: os árabes. Assim, ela certamente refletiu a confirmação de uma nova forma política de nacionalismo, cujo curso de ação ia além do que estava previsto e reconhecido na OLP.

### **3.3 A guerra dos seis dias e seus reflexos para a luta palestina**

Na esteira do processo de ações da OLP e retomada dos ideais do *Fatah* – amparado, em grande parte, pela luta armada – as contínuas repetições de episódios de confronto, principalmente ao longo da fronteira de Israel, criaram uma situação de atrito permanente.

O ano de 1967 foi crucial nesse aspecto, vez que a postura adotada ao longo dos meses pelos líderes árabes e judeus não foi nada cordial, mas sim direcionada ao ataque<sup>30</sup>. Se a algum tempo, esses dois povos não se envolviam em um confronto de maiores proporções, a Guerra dos Seis Dias trouxe consequências que iniciaram um complexo teor de mudanças no fluxo da luta palestina.

Opondo Israel a uma frente de países árabes, quais sejam: Egito, Jordânia e Síria, o conflito teve como resultado a derrota destes últimos e, por conseguinte, a retirada de muitos palestinos de suas terras<sup>31</sup>. A destruição da base aérea egípcia acompanhada da ocupação dos territórios da Faixa de Gaza e Cisjordânia fizeram desse conflito a principal razão para que o movimento nacionalista palestino finalmente pudesse se dissociar dos regimes árabes (SAYIGH, 1997). (Mapa 3)

Assim, embora o número de dificuldades e baixas nos confrontos com Israel fosse elevado, esse foi o ponto de partida para que o movimento palestino como um todo começasse a mostrar uma agenda mais independente e autônoma em relação aos objetivos dos países árabes (MOHAMMED, 2014).

---

<sup>30</sup> Apesar da Guerra dos Seis Dias ter ocorrido apenas em junho de 1967, desde o início do ano importantes eventos fizeram com que a mesma fosse desencadeada. Dentre eles, o pedido egípcio de retirada dos “capacetes azuis” da ONU ao longo da fronteira de Israel, o bloqueio à passagem de navios israelenses pelo Estreito de Tiran e os constantes ataques de Israel às forças palestinas se fazem importantes.

<sup>31</sup> Apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão, estima-se que a guerra deflagrada por essas três nações árabes tenham levado ao êxodo de mais de 300 mil palestinos – o que agravou, ainda mais, o problema dos refugiados (MOHAMMED, 2014, p.56).



Nesse contexto, o *Fatah* – que já vinha de um longo processo de retomada de seus ideais – aparece como força política dominante. Nas palavras de Silva (2012, p. 51):

[...] a guerra criou um ambiente conducente à luta armada perpetrada por grupos de resistência palestinos como o Fatah, o que garantiu aos mesmos maior popularidade e, mais tarde, o monopólio do poder político frente às demais forças políticas, particularmente aquelas localizadas nos territórios palestinos ocupados.

Destarte, como importante movimento de massa, a agenda defendida por ele serviu de alicerce para que muitas declarações sobre incapacidade da OLP para lidar com a questão palestina fossem feitas; o que resultou, em dezembro daquele ano, na renúncia de *Shuqairi* à sua liderança<sup>32</sup> (SAYIGH, 1997).

Posteriormente, a política adotada por seu sucessor, *Yahya Hammouda*, refletiu na insistente tentativa de aproximar a OLP dos grupos guerrilheiros e enfatizar a necessidade de unificação da luta armada contra Israel (MOHAMMED, 2014).

Segundo Miller (1986, p. 74):

Na avaliação dos países árabes, sobretudo Egito e Jordânia, passava a ser uma preocupação o fato de os líderes do movimento nacionalista palestino começarem a definir suas prioridades e a concentrar sua luta em interesses específicos de seu povo, ao invés dos objetivos pan-arábicos.

Por consequência, o posicionamento mais ofensivo encarado por esta Organização ao declarar Israel como sendo um Estado ilegal, buscava impedir uma maior afirmação dos grupos nacionalistas palestinos como verdadeiros dirigentes da questão palestina (GATTAZ, 2002).

Todavia, isso não os impediu em nada de ganhar mais espaço. A Batalha de Karameh, ocorrida em março de 1968, apesar de marcar mais uma derrota do povo palestino frente às investidas israelenses, contribuiu bastante para a consolidação de novas dinâmicas no movimento nacionalista palestino<sup>33</sup>.

Entendido como o “mito fundador” do moderno movimento de resistência palestino, Khalidi (1997 apud SILVA, 2012) afirma que esse incidente, apesar de não ter sido importante em termos militares, politicamente o foi. Para ele, os palestinos foram capazes de comparar os resultados desse evento àqueles obtidos com o fim da Guerra dos Seis Dias.

---

<sup>32</sup> Shuqairi abdicou ao seu posto após ter renúncia demandada por sete membros do Comitê Executivo da OLP, pelo Fatah, pela Frente Popular para a Libertação da Palestina e pelo Sindicato Geral dos Estudantes Palestinos (MOHAMMED, 2014).

<sup>33</sup> A Batalha de Karameh ocorreu em uma pequena vila jordaniana na qual fora construído um campo de refugiados palestinos liderado pelo Fatah. Usado como base de suas operações militares, esse campo foi totalmente destruído, resultando em um elevado número de mortos e feridos (KHALIDI, 1997).

Se por um lado, os três exércitos árabes do Egito, Síria e Jordânia foram incapazes de evitar a invasão de Israel e recuperar os territórios perdidos da Cisjordânia e Faixa de Gaza durante a guerra ocorrida em junho de 1967; por outro, o exército palestino – representado pelo *Fatah* – foi eficaz ao acabar forçando, no mesmo dia, a retirada dos soldados israelenses da cidade de Karameh (KHALIDI, 1997)<sup>34</sup>.

Muito embora constituíssem situações completamente distintas, os ares de “glória” atribuídos a causa palestina fizeram *Yasser Arafat* – até então líder do *Fatah* – proclamá-la como a primeira batalha em que os israelenses haviam perdido. Tal fato, mesmo não correspondendo a realidade, pareceu agrandar os palestinos os quais estavam ansiosos por ouvir notícias de vitórias militares, ainda que duvidosas.

Em fevereiro de 1969, como reflexo das eleições realizadas pelo Conselho Nacional Palestino (CNP), *Arafat* foi escolhido Presidente do Comitê Executivo da OLP, substituindo, assim, o cargo até então ocupado por *Yahya Hammouda*. Isto posto, deu-se início a um novo e importante período de transformações, no qual o *Fatah* – sob os auspícios da OLP – passa a marcar os caminhos políticos, ideológicos e organizacionais da luta palestina (SILVA, 2012).

### **3.4 Yasser Arafat e a mudança de trajetória do Fatah/OLP**

Caracterizando a época em que, pela primeira vez, a luta palestina esteve completamente desvencilhada dos objetivos pan-arábicos, a eleição de *Yasser Arafat* como dirigente máximo da OLP traduziu uma política altamente pautada pela força de seu carisma e capacidade de manter o povo palestino fixado a seus ideais (JARBAWI; PEARLMAN, 2007).

Muito embora sua liderança tenha emergido em um contexto que buscava ratificar a importância da luta armada como único modo para se ganhar poder e libertar a Palestina, as intensas rivalidades existentes com a Jordânia abriram espaço para que uma nova forma de pensamento fosse adotada (BAUMGARTEN, 2005).

A derrota da OLP ocorrida durante o “Setembro Negro”<sup>35</sup> demonstrou uma lacuna entre sua retórica relativa à luta armada e as possibilidades que a realidade apresentava (SILVA, 2012, p. 58). Desse modo, em reunião realizada em abril de 1972, o Conselho Nacional

---

<sup>34</sup>A retirada forçada do exército israelense se deu, na verdade, pelos danos ocasionados a seus equipamentos militares. Segundo KHALIDI (1997), os israelenses sofreram baixas muito mais pesadas do que o esperado, sendo assim forçados a deixar para trás vários de seus veículos – agora, completamente danificados, os quais foram, devidamente, expostos pelas ruas de Amã sob os aplausos de multidões enfurecidas.

<sup>35</sup>Iniciado em setembro de 1970, o “Setembro Negro” foi um embate entre as forças da OLP e da Jordânia, no sentido de enfraquecer o Governo Hashemita, a época liderado por Hussein. Culminando com a derrota dos palestinos, boa parte deles teve que fugir e a outra foi expulsa para o Líbano.

Palestino (CNP) resolveu propor a luta armada não mais como o único meio para a libertação de toda a Palestina, mas sim como o principal<sup>36</sup> (AL-SHUAIBI, 1980 apud SILVA, 2012).

Ainda, os crescentes acordos realizados entre os países árabes e Israel refletiam uma mudança de posicionamento que tendia para uma maior moderação – o que significava, portanto, que a OLP estava em processo de transição para uma nova forma de abordar a política palestina, qual seja: a diplomática<sup>37</sup>.

Meses mais tarde, o encontro da Liga Árabe ocorrido na cidade de Rabat fez surgir uma importante declaração acerca da OLP. Ao reconhece-la como única representante legítima do povo palestino e, por conseguinte, como tendo direito a organizar sua luta em torno da questão palestina; a importância de suas ações e pensamentos foi evidenciada (SAYIGH, 1997).

Nesse aspecto, as reivindicações feitas pelos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias ganharam destaque. Nas palavras de Hroub (2009, p. 13), em vez de libertar a Palestina, seu enfoque voltou-se para a libertação de apenas duas das mais recentes perdas de territórios: a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Apesar de, inicialmente, ter sido vista como uma fase meramente intermediária e que não afetaria em longo prazo o objetivo de libertar todo o território palestino, a 17ª reunião do CNP deixou claro que os esforços dessa organização estariam, de fato, voltados à tentativa de reaproximação para com esses territórios e, assim, ao estabelecimento de um Estado palestino<sup>38</sup> (SILVA, 2012).

Para tanto, contaram com a ajuda da Frente Nacional Palestina (FNP), braço político do *Fatah* dentro da OLP. Visando criar uma maior união entre as forças nacionalistas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, suas ações tiveram impactos significativos sob a história do movimento nacionalista palestino<sup>39</sup> (SILVA, 2012).

Se até então prevalecia dentro da OLP o respeito aos pensamentos plurais existentes dentre as inúmeras facções que a compunham, as estratégias adotadas pela FNP deram embasamento para que o *Fatah* – e, por consequência, a própria organização – os

---

<sup>36</sup> Na ocasião, declarou ainda que um Estado democrático seria estabelecido em toda a Palestina, assim que a mesma fosse recuperada (AL-SHUAIBI, 1980).

<sup>37</sup> Tal atitude dos países árabes foi ainda mais evidenciada quando o partido Likud assumiu a liderança israelense. Interessados em manter acordos diplomáticos, não excluíram – de forma alguma – suas considerações acerca das questões nacionalistas e de segurança, as quais, perpassavam pela destruição da própria luta palestina (SHLAIM, 2004).

<sup>38</sup> Esse Estado Palestino seria, doravante, construído nos territórios da Cisjordânia e Faixa de Gaza.

<sup>39</sup> Embora a FNP não representasse um pensamento homogêneo acerca de como a OLP/Fatah conduzia a luta palestina, suas ações foram imprescindíveis para o fortalecimento de um pensamento nacionalista e de união para com os ideais pregados por Yasser Arafat (AL-SHUAIBI, 1980).

desconsiderasse. Assim, os princípios da unanimidade e consenso foram colocados em segundo plano e o *Fatah* como único grupo nacionalista capaz de ter voz (KHALIDI, 1985).

Isto posto, fica fácil entender porque Israel passou a institucionalizar uma política, cada vez mais forte, de manutenção de assentamentos judaicos na região. Objetivando minar as forças nacionalistas da OLP, as atitudes tomadas por seu Ministro de Defesa – à época, Ariel Sharon – tinham por base a politização do povo israelense que agora habitava esses territórios e, conseqüentemente, a repressão de quaisquer atitudes emancipatórias dos palestinos (SHLAIM, 2004).

Como alternativa, a OLP/*Fatah* deu início a sua estratégia de intervenção direta nos territórios ocupados (SILVA, 2012, p. 73). Valendo-se da assistência social e financeira, passou a destinar a seu povo recursos a fim de que pudessem aos poucos melhorar de vida e apoiar com maior veemência a sua luta palestina.

Todavia, isso foi visto com extrema desconfiança por parte das outras facções que, embora concordassem ser necessário assistir a população palestina, viam de forma duvidosa a maneira como o *Fatah* distribuía esses recursos. Na verdade, entendiam aquilo mais como uma forma de angariar adeptos ao crescente Movimento para a Libertação Nacional da Palestina do que como uma atitude que visasse libertar a região (AL-SHUAIBI, 1980).

Nesse contexto, a expansão – no início dos anos 80 – do ensino universitário e o renascimento dos movimentos estudantis refletiu duas importantes transformações na política palestina. Se de um lado, o grupo *Al-Shabiba*<sup>40</sup> foi relevante para endossar a maneira através da qual a OLP/*Fatah* lidava com a questão palestina; por outro, o aparecimento de grupos islâmicos teve seu ápice.

Orientados por uma visão diferente daquela institucionalizada pela OLP, os grupos de natureza islâmica tornaram-se, pois, seus principais opositores. Após 1988, ano em que *Yasser Arafat* reconhece o Estado de Israel e seu direito de existir<sup>41</sup>, o Movimento de Resistência Islâmico (Hamas) ganhou destaque, vez que passou a ser visto por muitos como aquele que retomaria os ideais da luta palestina (HROUB, 2009).

---

<sup>40</sup> O grupo estudantil *Al-Shabiba* tinha uma clara orientação pró-*Fatah*. Estabelecido por jovens engajados na vida política de suas universidades, a influência de seu pensamento acabou por mobilizar muitos outros em prol da libertação da palestina.

<sup>41</sup> Isso foi feito em benefício do assentamento negociado que esperava recuperar a Cisjordânia e a Faixa de Gaza para, assim, estabelecer um Estado Palestino independente (HROUB, 2009, p. 13)

## 4 O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ISLÂMICO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

A atuação do *Fatah* – enquanto dirigente da causa palestina – foi importante no fortalecimento institucional da OLP e do próprio movimento nacionalista palestino. Todavia, o cenário de constantes violações, fome e humilhação despertaram em seu povo o desejo por mudanças.

Nesse contexto, o gradativo aumento de popularidade dos grupos nacionalistas associados ao Islã fez do nascente Movimento de Resistência Islâmico ( Hamas) o único capaz de salvar a luta nacional palestina da capitulação total frente a Israel (HROUB, 2009).

Restaurando a fé de seu povo em torno da constituição de um Estado Palestino em toda a região tomada/ocupada pelos israelenses, essa facção – anos mais tarde – acabou por retirar a liderança do *Fatah*, o que constitui o início de uma série de disputas internas acerca de quem melhor representaria seu povo.

### 4.1 A década de 80 e a criação do Hamas

A década de 80 marca um contexto de bastante descontentamento palestino para com a forma que a OLP/*Fatah* estava lidando com a questão palestina. O ponto alto de seu furor se dá com o irromper da 1ª Intifada – responsável por iniciar uma série de protestos contrários a crescente e institucionalizada ocupação israelense dos territórios palestinos<sup>42</sup> (ROY, 2007).

Convencidos de que a vertente diplomática até então defendida por essa organização não tinha obtido grandes resultados ou, pelo menos, contribuído para que o Estado Palestino fosse criado, o *Hamas* encontra nessa época força suficiente para levar a cabo suas ideias (HROUB, 2009).

Criado em dezembro de 1987 pelos sheiks *Abdel Aziz al-Rantissi, Abdul Fattah Dukhan, Ahmed Yassin, Ibrahim al-Yazuri, 'Isa al-Nashar, Mohammad Taha* e *Salah Shehadeh*, esse Movimento aparece como reflexo de um longo processo de enquadramento da questão palestina sob a ótica do Islã<sup>43</sup> (SILVA, 2012).

---

<sup>42</sup> A 1ª Intifada, também denominada Guerra das Pedras, aparece como resultado do levante ocorrido em janeiro de 1987 no campo de refugiados de Jabaliyah, no extremo norte da Faixa de Gaza. Na ocasião, a população civil palestina começou a atirar paus e pedras contra os militares israelenses. Todavia, o termo não se restringiu apenas a esse acontecimento. Ganhando uma concepção maior, responsável por representar uma série de outros embates, a 1ª Intifada marca um período de insurreição palestina contra a ocupação de Israel (RAZOUX, 2008).

<sup>43</sup> O Hamas enxergava na religião uma fonte de referência política, ética e cultural. Sendo assim, a luta religiosa (*jihad*) seria o único caminho viável para a libertação de seu povo (SAHLIYEH, 1988).

Nas palavras de Roy (2007, p. 20) a história do *Hamas* começa fundamentalmente com a Irmandade Muçulmana do Egito<sup>44</sup> e sua preocupação com a questão palestina. Para a autora, a maneira como a Irmandade lidou com o problema ao longo dos anos deu ensejo para que mais apoio fosse angariado ao crescente movimento islâmico – em especial, dentre a geração mais nova de palestinos<sup>45</sup>.

Todavia, diferente desse grupo – cujo primeiro passo para a libertação da Palestina girava em torno da ressocialização/islamização de seu povo –, o Movimento de Resistência Islâmico enquanto corrente dissidente reivindicava a urgência do confronto para com Israel trazendo como aspecto fundamental de seu programa o retorno aos ideais originalmente defendidos pelos palestinos, a saber: o uso da luta armada e a busca pela libertação de toda a Palestina (ROY, 2007).

Ainda, militando em uma direção oposta à OLP/*Fatah* – que, nos últimos anos, apregoava como objetivo-fim a instituição de um Estado palestino nos territórios ocupados –, o Hamas passou a negar qualquer tipo de vínculo com essa organização. Assim, é possível compreender o porquê desse grupo ter passado a advogar pelo estabelecimento de um Estado palestino islâmico – e não democrático como era antes (HROUB, 2009).

Ademais, muito embora tenha surgido com o desejo imediato de eliminar Israel e aqueles que com ele negociavam – notoriamente Egito e a própria OLP –, o *Hamas* nos primórdios de sua existência concentrou-se em não lhes fazer ataques diretos, haja vista temerem desagradar ainda mais o povo palestino. Ao invés disso, esse grupo procurou disseminar sua doutrina e conseguir mais adeptos à sua causa (JAMAL, 2005).

Entretanto, não deixou de fazer críticas às maneiras como Israel se portava frente a seu povo, repercutindo no início de uma grande luta sangrenta. O cenário de destruição, fome e violência era um aspecto constante na vida dos palestinos, os quais pareciam – diante das atitudes tomadas por aqueles que barganhavam a pretensa “paz” – estarem em último plano.

---

<sup>44</sup> Surgido no Egito em 1928 como Movimento que lutava contra o sionismo e o controle imperialista franco-britânico na região, ao longo dos anos foi ganhando poder e se transformando em uma das mais importantes organizações políticas de todo o Oriente Médio. Preocupados com a reforma moral e espiritual do povo palestino, suas ações ficaram bem mais evidentes quando se instalou na Palestina durante a segunda metade da década de 40. A partir de então, seus objetivos se alargaram, passando a lutar não apenas contra o sionismo, mas também contra a criação do Estado de Israel e suas ações (ROY, 2011).

<sup>45</sup> SILVA (2012, p. 83) aponta que: “[...]alguns foram os episódios responsáveis por fornecer à população palestina uma impressão de que o islamismo e sua abordagem a respeito do conflito palestino-israelense poderiam ser mais exitosos do que o nacionalismo secular defendido até então”. Assim, os assentos conquistados durante as eleições parlamentares na Jordânia, a vitória obtida pela população iraniana com a Revolução Islâmica em seu território e o conseqüente recuo de Israel resultado dos ataques ao seu exército, deixaram claro que para solapar regimes inimigos nada melhor que o movimento islâmico (SAHLIYEH, 1988 apud SILVA, 2012).

Nesse sentido, os primeiros anos da década de 90 se destacam pela intensificação das intervenções militares contra Israel, o que propiciou – em grande medida – a criação de um ambiente conducente a uma poderosa campanha difamatória contra o *Hamas*. Sentindo-se cada vez mais acuados perante as ações tomadas por essa facção, a OLP/*Fatah* e Israel uniram-se com o objetivo único de destruir o *Hamas* (SILVA, 2012).

Passando a ser caracterizado como grupo terrorista e tendo que lidar com a crescente rejeição de boa parte dos países ocidentais<sup>46</sup>, resta claro que os esforços para a libertação da Palestina foram distorcidos buscando tão somente deslegitimar o *Hamas* (HROUB, 2009).

Nesse contexto, o *Fatah* que, à época, reivindicava a todo custo o status de único representante do povo palestino passou a reforçar – de todas as formas possíveis – seu compromisso para com a Palestina. O Processo de Oslo que ficou conhecido por agregar uma série de acordos diplomáticos foi o primeiro passo para tanto. Contudo, o *Hamas* se opôs firmemente.

#### 4.2 O Processo de Oslo e a instituição da Autoridade Nacional Palestina (ANP)

O abandono da luta armada pelo *Fatah* e o uso do discurso mais concentrado na ideia de retorno – haja vista *Yasser Arafat* governar do exílio e o ideal de libertação de toda a Palestina ter sido descartado – fizeram da OLP uma organização distante do oferecimento de quaisquer respostas satisfatórias ao povo palestino (MOHAMMED, 2014).

À época, o crescimento de popularidade do *Hamas* – acelerado com o irromper da 1ª Intifada – foi responsável por causar grande temor dentre as lideranças ligadas ao *Fatah* e ao Partido Trabalhista de Israel, personificadas na figura de *Yasser Arafat* e *Yitzhak Rabin*<sup>47</sup>. Todavia, a promessa de assinatura de acordos comprometidos a unir esforços para a realização da paz entre os dois povos pareciam trazer à tona a velha configuração palestina.

Isso porque, segundo Silva (2012, p. 89):

[...] grande parte da opinião pública começou a mostrar entusiasmo e esperança com as negociações de paz [propostas], dando respaldo, com isso, ao *Fatah* e às delegações palestinas nas mesas de negociação de Israel, apesar dos protestos e apelos do *Hamas* à população contra as negociações.

<sup>46</sup> Nesse cenário, os Estados Unidos tiveram papel preponderante. Aliados ao Estado de Israel, esse país foi um dos grandes responsáveis por propagar ideias negativas acerca do *Hamas*. No ano de 1997, o Departamento de Estado Norte-Americano, em discurso realizado pelo Presidente Clinton reconheceu essa facção como, de fato, sendo um grupo terrorista (USDS, Foreign Terrorist Organizations, US Department of the State, 2012). Disponível em: <<http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

<sup>47</sup> *Yitzhak Rabin* governou Israel por dois mandatos. O primeiro ocorreu entre os anos de 1977 e 1972 e o segundo entre 1992 e 1995 – ano em que foi assassinado. Foi responsável, junto com *Yasser Arafat* por firmar os acordos de Oslo.

Conhecidos como parte integrante do Processo de Paz de Oslo, tais acordos previam não só o reconhecimento mútuo de seus governos, mas também a desocupação de algumas áreas palestinas – tanto civil quanto militarmente – e a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP)<sup>48</sup>, cujo objetivo central seria o governo das áreas desocupadas (MOHAMMED, 2006).

Endossado inicialmente no ano de 1993, em Washington, sob o intermédio do presidente norte-americano Bill Clinton, o processo de paz estaria teoricamente dividido em duas fases: a primeira, composta por cinco anos de governo interino e a segunda, por negociações que visassem “acertos finais” (HROUB, 2009).

Nesse sentido, enquanto a fase inicial significava um teste acerca da habilidade palestina para lidar pacificamente com seu próprio povo e controlar as facções armadas de resistência consideradas ilegais; a última só seria de possível alcance caso se mostrasse bem-sucedida a etapa anterior (PAPPE, 2006).

Desse modo, as questões mais importantes, tais como aquelas relacionadas aos refugiados, assentamentos judaicos, arranjos de segurança, fronteiras e recursos naturais seriam relegadas a esse período, sob a justificativa de que somente aí as discussões configurariam status permanente (MOHAMMED, 2014).

No entanto, os constantes insucessos diplomáticos associado ao aumento do processo de ocupação colonial dos territórios da Cisjordânia e Faixa de Gaza fizeram evaporar dentre o povo palestino sua frágil confiança inicial na sinceridade dos diálogos de paz com Israel. Nesse aspecto, Hroub (2009, p. 15) afirma que: “durante esse período, por exemplo, o tamanho e o número de assentamentos israelenses na Cisjordânia foi duplicado”. (Mapa 4)

Ainda, a intensa oposição do *Hamas* – uma vez que acreditavam ser os acordos impostos unicamente aos interesses de Israel em prejuízo aos direitos básicos dos palestinos – comprovada com o fracasso do governo interino de Oslo – que já durava mais de 7 anos – e de sua recém-criada entidade política “autônoma”, a ANP, resultou em uma série de empecilhos legais e práticos para a luta palestina (ROY, 2007).

Com o prazo de duração estipulado até o ano de 1999, a ANP deveria gerir naturalmente a ordem pública e segurança dos territórios sob sua jurisdição. Todavia, foram os termos dos Acordos de Oslo e a própria OLP os verdadeiros determinantes de sua natureza (MAIO, 2014).

Desse modo, nas palavras de Said (2003, p. 76):

---

<sup>48</sup>A Autoridade Nacional Palestina (ANP) é uma instituição estatal que governa nominalmente partes da Palestina, compreendendo as regiões da Cisjordânia e toda a Faixa de Gaza. Esses dois fragmentos do território original foram estabelecidos como parte dos acordos de Oslo entre a OLP e Israel.



Foram os palestinos que cederam. É verdade que conquistaram pequenos ganhos aqui e ali, mas basta olhar o mapa de Gaza e da Cisjordânia, depois visitar aqueles lugares, ler os acordos e ouvir os israelenses e norte-americanos para se ter uma boa ideia do que aconteceu mediante compromissos, acordos desequilibrados e revogação da plena autodeterminação palestina. Tudo isso ocorreu porque a liderança palestina egoisticamente colocou seu próprio interesse, os exagerados esquadrões de guardas de segurança, os monopólios comerciais, a indecente persistência no poder, o despotismo ilegal, a ganância antidemocrática e a crueldade acima do bem geral palestino. Até agora a Autoridade foi conivente com Israel, para deixar a questão dos refugiados no esquecimento [...].

Assim, “as desigualdades e ambiguidades políticas e econômicas que caracterizaram o processo de institucionalização da ANP favoreceram as ações israelenses [...] no que concerne a sua política de manipulação do processo de paz<sup>49</sup>” (SILVA, 2012, p. 92).

Nesse sentido, se em 1988 já havia sido reconhecida a existência do Estado de Israel, este testemunho foi, de fato, legitimado quando *Yasser Arafat* assinou a Declaração de Princípios<sup>50</sup> e nela se comprometeu a remover da Constituição Palestina a proposta de destruição de Israel. Em carta enviada ao Primeiro Ministro Israelense *Yitzhak Rabin*, ele anunciava que:

A OLP reconhece o direito do Estado de Israel a existir em paz e segurança. A OLP aceita as resoluções das Nações Unidas 242 e 338. A OLP se compromete com o processo de paz no Oriente Médio, e com uma resolução pacífica do conflito entre os dois lados, e declara que todas as questões pendentes relacionadas ao status permanente serão resolvidas através de negociações. A OLP considera que a assinatura de Declaração de Princípios constitui um evento histórico, inaugurando uma nova época de coexistência pacífica, livre de violência e todos os demais atos que ponham em perigo a paz e a estabilidade. Assim, a OLP renuncia ao uso do terrorismo e outros atos de violência e assumirá a responsabilidade sobre todos os elementos da OLP e de seu pessoal para assegurar o seu cumprimento, e assim prevenir as violações e os violadores da disciplina (ARAFAT, 1993)<sup>51</sup>

Portanto, se de um lado os Acordos de Oslo objetivavam a superação da desconfiança mútua ao afirmar o princípio da convivência pacífica e igual entre os dois povos como princípio

---

<sup>49</sup> Os Acordos de Oslo mudaram a geografia política da região. Mesmo tendo permitido a volta da liderança palestina para Cisjordânia e Faixa de Gaza, os arranjos internos da própria ANP acabaram por minar quaisquer ganhos palestinos. Isso porque, essa entidade política possuía uma série de limitações imbricadas à sua estrutura organizacional. Por exemplo, as questões relacionadas à segurança externa e às relações internacionais não poderiam ser de sua responsabilidade, mas apenas de Israel (SILVA, 2012).

<sup>50</sup> A Declaração de Princípios (*Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements* – em inglês) foi o primeiro documento a ser assinado durante o Processo de Oslo. Não se tratando de um documento muito amplo, revela-se apenas como a formalização de uma proposta das duas partes negociadoras a fim desenvolverem medidas de confiança mútua.

<sup>51</sup> As resoluções 242 e 338 das Nações Unidas, tratam respectivamente sobre: 1) o pedido de retirada de Israel dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias e "o reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estados da região e seu direito a viver em paz" e 2) o pedido de cessar-fogo aos participantes da Guerra do *Yom Kippur* (quando Síria e Egito atacaram Israel) e o cumprimento da Resolução 242 do Conselho de Segurança (CULPI; RODRIGUES, 2012).

norteador de suas negociações; por outro, tal fato suscitou a volta do *Hamas* aos holofotes da política palestina (MOHAMMED, 2014).

Assim sendo, a continuidade dos acordos firmados – que se arrastaram até 1999 – pareciam postergar ainda mais o alcance da real resolução do conflito. Logo, o colapso do Processo de Paz de Oslo, acompanhado do descumprimento de boa parte de seus tratados e do aumento de denúncias de corrupção entre os membros do *Fatah* foram responsáveis por fazer eclodir um novo levante: a 2ª Intifada, na qual o *Hamas* encontra o caminho ideal para concretizar seu poder e influência na luta palestina (ROY, 2007).

### 4.3 A Segunda Intifada e seus reflexos para a luta palestina

Após um longo período de tentativas de negociação, os Acordos de Oslo apesar de representarem a esperança do povo palestino por dias melhores, não foram capazes de pôr fim ao conflito. Muito pelo contrário, trouxeram de volta à sua população o cenário de descrença para com os entes políticos que os negociavam.

Assim, a perda de dinamismo nas negociações de paz, as falhas nas medidas de incremento da confiança mútua, a ocupação persistente de territórios, o sacrifício das iniciativas P2P<sup>52</sup> para aumentar o foco em questões políticas e de segurança, além da fraqueza nos esforços de construção das instituições mostraram que, na verdade, a experiência de Oslo já não era mais possível (AGUIAR, 2011).

Nesse contexto, a eclosão da 2ª intifada em outubro de 2000, como resposta final à declaração feita pelo então primeiro-ministro israelense, *Ariel Sharon*, durante visita a Esplanada das Mesquitas e ao Monte do Templo, em Jerusalém, serviu de base para que novamente se colocasse em xeque as ações de Israel em relação aos palestinos (BISHARA, 2002).

Para Carter (2007), a afirmação de que Jerusalém – região sagrada tanto para cristãos, judeus e muçulmanos – continuaria sob o controle das forças armadas israelenses consistiu em claro gesto simbólico de provocação e quebra de promessa. Destarte, ao invés de constituir uma ameaça para a segurança de Israel, a Segunda Intifada era – na verdade – uma clara mensagem política que precisava ser ouvida (BISHARA, 2002).

---

<sup>52</sup> As iniciativas P2P também conhecidas como “iniciativas de pessoa para pessoa” configurariam um mecanismo estratégico de empoderamento do povo palestino e israelense acerca da não propagação de ideais voltados a guerra, discriminação e etc. Todavia, esse mecanismo falhou – em grande parte – por não ter atingido o caráter global a que se propunha (AGUIAR, 2011).

O assassinato de manifestantes palestinos e a conseqüente deflagração de uma extrema onda de violência, foram alguns dos inúmeros fatores que contribuíram para moldar a natureza deste conflito (SILVA, 2012). Ainda, a imposição de medidas como o toque recolher, demolições em massa de residências palestinas, destruição de serviços básicos como o fornecimento de energia e água foram alvos de diversos ataques militares israelenses (MILTON-EDWARDS, 2009).

Nesse aspecto, se por um lado, o frágil papel político exercido pela ANP mostrava-se incapaz de fornecer qualquer apoio organizacional a seu povo, haja vista estarem submetidos a tudo que a OLP/*Fatah* e Israel determinavam; por outro, as atitudes do *Hamas*, personificadas pelo desejo de uma maior participação da sociedade palestina nos levantes, aparecem como importante estratégia de mobilização social (SILVA, 2012).

Desse modo, a busca por desafios e confrontos com Israel, associada às intensas críticas feitas a OLP/*Fatah* com relação a assinatura dos Acordos de Oslo abriram espaço para que uma forte crise na liderança política da Palestina se instalasse. Conforme explica AGUIAR (2011, p.55):

A Segunda Intifada teve um impacto importante sobre a relação entre as forças políticas palestinas. A rivalidade entre o *Fatah* e o *Hamas*, os dois maiores partidos políticos palestinos, foi intensificada e as decisões ruins do presidente da Autoridade Palestina, cujo apoio vinha do *Fatah*, Yasser Arafat, fizeram com que o *Hamas* passasse a receber suporte de várias partes da sociedade palestina. O enfraquecimento político de Arafat era perceptível, mas isso não impediu que a população permanecesse lutando firmemente para expulsar os invasores israelenses de seus territórios, a fim de criar seu Estado independente.

Em linhas gerais, portanto, com o irromper da 2ª Intifada, duas foram as tendências cristalizadas no desenvolver de seus embates. Enquanto a primeira dizia respeito ao fato de que a OLP/*Fatah* já não era mais competente para negociar com Israel ou firmar tratados de paz de curto prazo; a segunda preocupava-se em delinear o crescente ganho de poder do *Hamas* em oposição ao declínio dos nacionalistas seculares (SILVA, 2012).

Com efeito, os eventos ocorridos no início do novo milênio – a despeito das intensas disputas por poder – revelaram, portanto, a surpreendente preferência da população palestina para com o *Hamas*, demarcando, assim, o início de sua ascensão no cenário político palestino.

#### 4.4 Os primeiros anos do novo milênio e o início da ascensão do Hamas

Diferente do que muitos pensam, a 2ª Intifada não foi um levante totalmente distinto daquele ocorrido em 1987. Apesar das pedras terem sido trocadas por armas, em muitos aspectos ela foi similar a primeira. Essas similaridades ocorreram principalmente em relação ao povo palestino, que experimentou pela segunda vez a violência autodestrutiva, a militância islâmica, as rejeições do Ocidente, e rivalidades internas entre líderes políticos palestinos a respeito de estratégia e táticas (SCHANZER, 2008, p. 50).

Nesse cenário, o declínio de *Yasser Arafat* era evidente. Comandando os três maiores pilares da luta palestina, quais sejam: o *Fatah*, a OLP e a ANP<sup>53</sup>, suas ações já não eram vistas com bons olhos. Em junho de 2002, por exemplo, os Estados Unidos – sob a liderança do Presidente *George W. Bush* – chegaram a declarar que uma nova liderança política seria necessária para dar continuidade às negociações (VIZENTINI, 2002, p. 121).

Igualmente, como forma de pressionar o governo palestino, o Departamento de Defesa norte-americano exigiu de Israel que suas forças militares retornassem à posição que ocupavam em setembro de 2000 sob a justificativa de que, assim, estariam combatendo possíveis práticas terroristas na região<sup>54</sup>. Como consequência, em março de 2003, *Mahmoud Abbas* foi nomeado Primeiro Ministro da ANP (VIZENTINI, 2002)<sup>55</sup>.

Entretanto, pouco ou nada mudou nessa época. Com o governo de *Ariel Sharon* estabelecido desde 2001, ele na verdade representava mais um entrave às negociações. Conhecido por seus posicionamentos incisivos em relação ao povo palestino, sua atuação enquanto Primeiro Ministro de Israel mostrou-se deficiente no quesito restauração de paz.

Como prova disso, a *Hudna* – primeira tentativa palestina de cessar fogo – sequer foi considerada por essa autoridade. Muito pelo contrário, na ocasião foi informado que a construção do Muro da Cisjordânia<sup>56</sup> não seria encerrada (MILTON-EDWARDS, 2009).

---

<sup>53</sup> Yasser Arafat foi escolhido como Presidente da ANP por ocasião do pleito eleitoral de janeiro de 1996.

<sup>54</sup> Os ataques ocorridos durante o 11 de Setembro nos EUA serviram como pretexto para que Israel endossasse suas investidas violentas ao povo palestino. Segundo MILTON-EDWARDS (2009), tal evento propiciou a comparação de *Arafat* a *Bin Laden*.

<sup>55</sup> Submetendo-se às fortes pressões dos EUA e Israel – que já não o consideravam um interlocutor válido –, *Yasser Arafat* dispôs-se a aprovar a implementação de importantes reformas políticas na ANP. Dentre elas, criou o cargo de Primeiro Ministro com a finalidade precípua de dividir funções e responsabilidades. Nomeando seu colega de partido, *Mahmoud Abbas*, este foi o principal porta voz da luta palestina durante os meses de março e setembro de 2003 - época em que renunciou ao cargo alegando falta de divisão clara de obrigações (JAMAL, 2005).

<sup>56</sup> A construção do Muro da Cisjordânia foi iniciada no ano de 2002 pelo Governo de Israel com o objetivo de impedir a infiltração de terroristas em seu território. Alvo de inúmeras críticas, esse muro sustenta uma grande polêmica tanto no Oriente Médio quanto fora dele. Enquanto os palestinos geralmente se referem à barreira como Muro de Segregação Racial, e alguns oponentes como Muro do Apartheid, para a ANP, o muro visa criar fatos

Ainda, as tentativas da ONU para solucionar o conflito palestino-israelense foram fadadas ao fracasso. Apesar de *Mahmoud Abbas* ter aceito o Mapa da Estrada<sup>57</sup> (*Road Map* – em inglês), *Sharon* se opôs firmemente ao documento. Condicionando sua aceitação a mudanças bruscas no interior de seus artigos, tal fato inviabilizaria a construção de um Estado palestino democrático – o que, por conseguinte, tornaria o acordo ineficaz (CARTER, 2007).

Nesse contexto, as proeminentes críticas feitas pelo *Hamas* ao modo como até então as negociações vinham sendo realizadas, colocaram a OLP/*Fatah* e a ANP na posição de verdadeiros desertores da causa palestina. Para o grupo islâmico, todas as conversações diplomáticas só serviram para um único propósito: humilhar os palestinos e sua luta (HROUB, 2009).

Com a morte de *Yasser Arafat* em novembro de 2004, tal aspecto foi evidenciado, haja vista a opinião pública palestina ter se mostrado carente de novas lideranças que pudessem trazer de volta o sentimento de lealdade encabeçado por aquele líder no início de sua trajetória. Apesar de revelações impressionantes terem sido feitas por Israel – como o anúncio do Plano de Retirada<sup>58</sup> – era inconteste que o *Hamas* passara a ocupar a centralidade da luta palestina.

Tal fato, por exemplo, refletia no baixo apoio ao governo de *Mahmoud Abbas*. Mesmo tendo sido eleito Presidente da ANP em janeiro 2005 – função que ocupa até hoje – sua liderança já não se manifestava como antes. A população palestina não só se encontrava atrelada aos ideais defendidos pelo *Hamas*, como também fez disso motivo suficiente para o aumento de sua representatividade nos cargos políticos<sup>59</sup> (SILVA, 2012).

Nesse sentido, a decisão de participar das eleições legislativas convocadas um ano depois – para o Conselho Legislativo Palestino (CNP) – não conseguiu fugir às expectativas delineadas até então. Com esmagadora vitória do *Hamas*, a já existente disputa por poder foi

---

consumados na incorporação de partes dos Territórios Palestinos. Ver: *The Plot Eastern Segregation Wall*. Disponível em: <<http://www.poica.org/details.php?Article=529>>. Acesso em: 29 de julho de 2015.

<sup>57</sup> Proposta pelos Estados Unidos, Rússia e União Europeia, o Mapa da Estrada apesar de exigir a retirada dos assentamentos judaicos instalados durante a gestão de *Sharon*, também tinha como uma de suas principais exigências o fim da 2ª intifada – fato que para o *Hamas* constituía apenas uma tentativa de calar a pressão árabe e palestina até então realizada (AGUIAR, 2011).

<sup>58</sup> O Plano de Retirada foi aprovado em junho de 2004 estipulando que a retirada inicial dos assentamentos judaicos ocorreria na Faixa de Gaza e no norte da Samaria, região da Cisjordânia. Todavia, o *Knesset*, Câmara Legislativa israelense, apenas o endossou em outubro de 2004 (AGUIAR, 2011).

<sup>59</sup> Segundo Silva (2012, p. 152), o povo palestino já se encontrava suficientemente ligado às ideias defendidas pelo *Hamas*. Pregando o boicote às eleições presidenciais da ANP – haja vista não concordar com a sua criação durante o Processo de Oslo – apenas 54% dos eleitores compareceram às urnas. Ainda, o extraordinário resultado obtido, cerca de duas semanas antes, com as eleições municipais serviram para mostrar a essa facção o quanto sua popularidade estava em alta: cargos previamente dominados pelo *Fatah* passaram a ter como figuras ativas membros do Movimento de Resistência Islâmico.

ainda mais acirrada haja vista o *Fatah* e a maioria dos países ocidentais não querer aceitar o resultado<sup>60</sup>.

## 5 AS DISPUTAS POR PODER ENTRE O FATAH E O HAMAS

O cenário de hostilidade sempre esteve presente na questão palestina. Se no âmbito externo essa configuração mostrava-se evidente frente às políticas israelenses, no âmbito interno ela trilhou diversos caminhos – porém, nenhum deles tão relevante quanto aquele estabelecido entre o *Fatah* e o *Hamas*.

O novo mapa político configurado com a vitória do Movimento de Resistência Islâmico nas eleições de 2006 resultou em uma grave divisão política, ideológica e territorial que passou a ameaçar o projeto de constituição de um futuro Estado Palestino e, por consequência, o término do conflito (SILVA, 2012).

Nesse aspecto, a maneira como essas duas facções se tratavam e a trajetória que ambas percorreram devem ser levadas em conta, haja vista terem sido as intensas rivalidades e disputas existentes entre elas os verdadeiros mecanismos impulsionadores de transformações na luta palestina.

Desse modo, à despeito do que muitos autores afirmam, o papel desempenhado por Israel não constitui o único fator determinante para a continuidade de tal embate, mas tão somente um ângulo reduzido de análise.

### 5.1 A Palestina após a vitória do Hamas e a mudança na balança de poder

Mais que uma simples frustração ao conhecido governo secular, a vitória do *Hamas* nas eleições de 2006 apontou para um fato irreversível: o *Fatah* já não era capaz de deter o monopólio do poder político como anteriormente o fazia – fato que, invariavelmente, consolidava seu declínio frente à opinião pública palestina.

Muito embora, esse triunfo tenha sido apresentado como um desdobramento inesperado/surpreendente do panorama político da época, sabe-se que – na verdade – ele seguiu as disposições delineadas a partir do colapso de Oslo (SILVA, 2012).

---

<sup>60</sup> Era fato incontestável que o *Fatah* estava à frente da liderança palestina havia mais de 40 anos. Todavia, a extraordinária vitória do Hamas – com 44% dos votos populares – evidentemente trouxe muita resistência a sua aceitação. Apesar do pleito eleitoral ter ocorrido em um ambiente democrático, transparente e supervisionado por observadores internacionais, ainda assim argumentava-se possíveis erros na contagem de votos (SHIKAKI, 2006).

Criando, portanto, um ambiente conducente à formação de posições distintas, o novo governo do *Hamas* nascia sob fortes tensões e questionamentos. Nesse aspecto, GHANEM (2010) afirma que enquanto alguns acreditavam na radicalização da política palestina e, por conseguinte, em um governo fechado a quaisquer tipos de acordos com Israel; outros defendiam que este – assim como o *Fatah* – adotaria uma posição mais moderada e passível de negociação.

Naturalmente, as expectativas imaginadas por Israel, Estados Unidos, União Europeia e a própria ONU tendiam para o primeiro cenário. Todavia, isso não os impediu de forçar acordos. Nas palavras de Hilal (2010, p. 36):

Eles exigiam que o Hamas renunciasse ao programa político que o mesmo tinha advogado (e o feito ganhar nas eleições) e aceitasse as condições do quarteto (incluindo o reconhecimento de Israel), sob pena de ameaçaram impor sanções contra qualquer governo que o Hamas participasse. Porém, o Hamas não cedeu.

Com efeito, as divergências do *Hamas* para com o *Fatah*/OLP e ANP se faziam indubitáveis. Desse modo, era patente que o novo campo político palestino e seu alterado equilíbrio de forças internas, apesar de representar um desafio para ambas as partes, fosse muito maior para o Movimento de Resistência Islâmico (HILAL, 2006).

Conforme explicita Jarbawi (2010), havia uma renúncia muito forte do *Fatah* às ações tomadas pelo novo governo. Além de não o reconhecer como grupo legítimo, esse movimento negava qualquer forma de abandono de poder ou perda de popularidade.

Nesse sentido, o acirramento dos debates políticos e ideológicos pareciam dividir ainda mais a opinião doméstica. Se por um lado, o triunfo do *Hamas* representava uma descontinuidade aos anseios políticos do Presidente *Mahmoud Abbas*; por outro, o apoio internacional que o *Fatah* detinha, ameaçava – em grande escala – a própria existência do *Hamas*.

Observado, assim, um cenário de intensas rivalidades e disputas – o qual colocava a criação do Estado Palestino à sorte das dificultosas barganhas políticas – uma nova era de negociações foi instaurada. Iniciada no ano de 2007, elas resultaram no Acordo de Mecca – tentativa de restabelecimento das relações políticas entre ambas as esferas de poder.

## **5.2 A assinatura do Acordo de Mecca e a fragmentação política palestina**

O cenário político palestino encontrava-se segmentado em função de suas diferentes perspectivas – tanto ideológicas quanto políticas. De um lado, tinha-se o governo presidencial

personificado na figura de *Abbas*, do outro a conquista de mais da metade dos assentos parlamentares pelo *Hamas*<sup>61</sup> (SHIKAKI, 2006).

Apesar de *Ismail Haniya*<sup>62</sup> ter sido nomeado Primeiro Ministro da ANP, nenhum dos lados pareciam estar dispostos a negociar verdadeiramente. Enquanto o *Fatah* apelava para o apoio internacional e aplicação de sanções ao *Hamas*; este último não demonstrava qualquer tipo de empatia a harmonização política com Israel ou mesmo aos ideais defendidos pela ANP (GHANEM, 2010).

Todavia, as negociações iniciadas em fevereiro de 2007 trouxeram mudanças significativas para esse cenário. O Acordo de Mecca<sup>63</sup>, firmado um mês após, inaugurou a primeira tentativa de aproximação entre ambos os partidos. Estabelecendo um governo de coalizão, esperava-se que este balizaria as disputas até então empreendidas e produziria, assim, uma reação positiva na comunidade (SILVA, 2012, p. 162).

Com efeito, nos primeiros dias de sua existência foi capaz de reduzir as sanções econômicas internacionais impostas e amenizar a situação caótica que vivia o povo palestino através de um maior repasse de dinheiro ao Ministro das Finanças *Salam Fayyad*<sup>64</sup> (SILVA, 2012).

Porém, em junho de 2007, as divergências entre o *Fatah* e o *Hamas* se agravaram, resultando na tomada de poder deste último do território da Faixa de Gaza – o qual desde a saída dos judeus em 2005 vinha sendo gerenciado pelas forças militares do Movimento de Libertação Nacional da Palestina.

De acordo com Mello (2007, p. 02):

No dia 11 de junho, [...] homens armados [do *Fatah*] atacaram a casa do então Primeiro-Ministro palestino, Ismail Haniyeh, e atiraram contra escritórios do Ministério da Cultura e dos Esportes, administrados pelo *Hamas*, em Gaza. No dia 12 de junho, o *Hamas* deu um ultimato para que homens do *Fatah* fossem retirados das ruas de Gaza. O recado, transmitido pela rádio do *Hamas*, definiu um horário (até às 14:00 horas) para que todos os membros da guarda presidencial, da guarda nacional e outros órgãos de segurança ligados ao *Fatah* deixassem as ruas. Entretanto, o *Fatah* não respondeu prontamente à exigência. Por conseguinte, justificando suas ações como de autodefesa, os combatentes do *Hamas* invadiram os complexos de segurança da ANP e o prédio presidencial da Faixa de Gaza.

<sup>61</sup> O *Hamas* conquistou 74 dos 132 assentos disponíveis no Conselho Legislativo Palestino (CNP).

<sup>62</sup> Nomeado Primeiro Ministro logo após as eleições de 2006, *Ismail Haniya* era um importante membro do *Hamas*.

<sup>63</sup> Segundo Casas (2011, p. 02), no Acordo de Meca foram estabelecidas as seguintes diretrizes: 1) o fim do derramamento de sangue palestino e a adoção do diálogo como mecanismo para a solução de desavenças políticas internas; 2) o comprometimento das partes para a conformação de um governo de unidade nacional; 3) a aceleração do processo de reforma da Organização para a Libertação da Palestina (OLP); e 4) a atuação conjunta, no âmbito da Autoridade Nacional Palestina (ANP), entre as diferentes forças políticas, com base no pluralismo político.

<sup>64</sup> *Salam Fayyad* era partidário do *Fatah* e gozava de grande aceitação entre o *Fatah* e os países ocidentais.



A partir de então, acusações de ambos os lados se fizeram presentes. Enquanto o *Fatah* dizia que o *Hamas* estava claramente rejeitando o Acordo de Mecca; o *Hamas* alegava que os membros pertencentes ao *Fatah* estavam tentando impor um golpe com o objetivo de deslegitimar a vitória conquistada pelo partido (SILVA, 2012).

Isto posto, o já possível cenário de dissolução do governo estabelecido entre *Fatah* e *Hamas* foi concretizado. Em 18 de junho de 2007, *Abbas* não só dissolveu o governo de coalização como também demitiu *Ismail Haniyeh* do cargo de Primeiro Ministro, nomeando – em seu lugar – *Salam Fayyad* (CASAS, 2011).

Nas palavras de Silva (2012, p. 165):

Com o intuito de restaurar a estabilidade, de reconstruir as instituições e de tentar recuperar a economia, Salam Fayyad liderou o desenho e a concretização de uma estratégia que compreendia uma série de esforços. Dentre esses esforços estavam a restauração dos serviços de segurança, a melhora das condições sócio-econômicas, a reconstrução das instituições da ANP, a tentativa de reviver os acordos de paz e, finalmente, a busca pelo apoio internacional para o desempenho dessas iniciativas e para a interlocução com Israel.

Todavia, o governo estabelecido por este proeminente líder só encontrou respaldo na Cisjordânia. A Faixa de Gaza recusou-se a aceitar negociações com Israel e por conta disto passou a sofrer sanções<sup>65</sup>. Se o cenário de fragmentação sempre existiu nos âmbitos político e ideológico, este passou a também atuar em um outro aspecto: o territorial. Com os embates desenvolvidos durante o ano de 2007, a Faixa de Gaza passou ao controle exclusivo do *Hamas* e a região da Cisjordânia ao *Fatah/OLP/ANP* (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS).

### **5.3 A acomodação política e o desafio à criação de um Estado Palestino**

As negociações estabelecidas durante o ano de 2007 apesar de terem representado uma importante tentativa de reconciliação entre as duas facções, na verdade, acabaram por acirrar os debates em torno de suas divergências. A Palestina não só se encontrava manifestamente dividida, como também devastada em função de suas grandes perdas territoriais e da situação vivida por seu povo.

O cenário de intensas rivalidades e disputas por poder entre o *Fatah* e o *Hamas* muito antes de estabelecerem mudanças em suas próprias trajetórias e dinâmicas, prejudicaram – em grande escala – o estabelecimento daquilo que ambos pleiteavam: o Estado Palestino.

---

<sup>65</sup> Estas sanções vieram principalmente de Israel, Estados Unidos, União Europeia e Egito.

Isso porque passou-se a buscar pela sobrevivência de ambos os partidos ao invés de se procurar fomentar políticas que visassem um pleno diálogo e a efetiva criação de um Estado. Nesse aspecto, embora novos panoramas de negociação tenham sido estabelecidos, pouco ou quase nada foi conquistado.

Em setembro de 2011, por exemplo, os Estados Unidos – na figura de seu Presidente *Barack Obama* e de sua Secretária de Estado *Hillary Clinton* – procuraram estabelecer negociações diretas entre o Primeiro Ministro israelense – à época, *Binyamin Netanyahu*<sup>66</sup> – e o Presidente da ANP *Mahmoud Abbas* como forma de se chegar a um consenso.

Todavia, a exclusão do *Hamas* das discussões – frente a já fragmentada política palestina – acabou por levar ao seu insucesso, uma vez que essa facção afirmou que rejeitaria qualquer barganha política em que não se fizesse presente, haja vista a necessidade de seus interesses também serem ouvidos.

Ademais, em 2014 – após longos oito anos separados – o estabelecimento de um governo de coalizão entre o *Fatah* e o *Hamas* que, por conseguinte, firmava uma união histórica entre a Cisjordânia e Faixa de Gaza, apesar de ter dado certa esperança e motivado os palestinos a pôr um fim ao conflito, desagradou tão logo as forças políticas israelenses.

A intensa campanha contrária à sua instituição, levada a cabo por *Binyamin Netanyahu*, associada à exposição de divergências internas quanto à forma em que ambos os partidos se organizariam e disporiam suas atividades, culminou em junho de 2015 na sua completa dissolução.

Nesse sentido, a evidente estagnação da luta palestina internamente e a intransigência do governo israelense em se reconhecer o *Hamas* como ator político legítimo, não só deu lugar a um intenso banho de sangue, como também a falta de perspectivas quanto a resolução do conflito palestino-israelense.

Assim, nota-se um cenário de completa acomodação, vez que o objetivo inicial de construir um Estado Palestino – sem perpassar, necessariamente, pela própria destruição de Israel – parece ter sido colocado em segundo plano, frente à necessidade de o *Fatah* excluir o *Hamas* de suas agendas de negociação e deste último ter de lutar por sua sobrevivência diante de seu povo.

---

<sup>66</sup> Atual chefe do partido conservador *Likud* e também Primeiro-Ministro de Israel, *Binyamin Netanyahu* opôs-se firmemente ao Plano de Retirada estabelecido por seu antecessor, *Ariel Sharon* – fato que lhe motivou a renunciar ao cargo que ocupava como ministro das finanças no ano de 2005.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito palestino-israelense muito antes de configurar apenas um embate entre Israel e o território da Palestina, envolve necessariamente o complexo jogo político de forças domésticas e internacionais que impulsionaram seus atores ao longo dos anos. Portanto, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que analisar o conflito tendo por base apenas as relações estabelecidas com Israel, além de representar um grande erro, demonstra um ângulo reduzido de análise.

Ao afirmar-se, por exemplo, que seu histórico revela uma série de “vícios”, os quais recaíram, evidentemente, em prejuízo dos palestinos, faz-se jus não só ao modo como estava pautada a organização das bases políticas palestinas – fomentadas e tendo por causa determinante o próprio contexto em que viviam –, mas também às intensas campanhas difamatórias perpetradas por Israel e seus aliados.

Por exemplo, nos primórdios do embate, enquanto as forças sionistas – em grande parte, patrocinadas pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha – lutavam em prol da constituição de um Estado Israelense, o ainda frágil movimento nacionalista palestino estava mais ligado aos interesses dos árabes do que aos dos próprios palestinos, sempre postos em segundo plano.

A aceitação do Plano de Partilha e a declaração feita, de forma unilateral, frente à ONU em maio de 1948 de que os judeus doravante teriam um Estado para si serviu para endossar tal fato. Dito isso, foram também as grandes transformações políticas e territoriais que se seguiram, principalmente após a Primeira Guerra Árabe-Israelense, que deram ensejo a uma intensa reorganização do campo político palestino e a própria configuração do conflito.

Começando-se a gestar, a partir desse momento um movimento mais organizado e diferente daquele configurado nas épocas imperial e mandatária, o “novo” movimento nacionalista palestino, apesar de ter ocasionado certa fragmentação política, não foi capaz de fazer desaparecer a identidade palestina enquanto pertencente a um povo ou mesmo sua vontade de constituir um Estado.

Nesse sentido, a década de 50, por exemplo, marca uma série de transformações encabeçadas pelo Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Fatah) – grupo político que nasceu sob a alcunha de libertar a Palestina e destruir Israel. Tendo espaço, principalmente, entre as aldeias palestinas, universidades e campos de refugiados, suas ideias revelaram impactos significativos sobre os moldes impostos até então à luta pela criação de um Estado.

Fundado no ano de 1958 com o apoio de diversos ativistas palestinos – entre os quais se destaca *Yasser Arafat* – e estabelecido, clandestinamente, no Kuwait, essa facção fez da luta

armada e revolução mecanismos estratégicos imprescindíveis. Porém, com o passar do tempo, foi sofrendo variações na sua forma de lidar com a problemática.

Tendo articulado a sua luta à presença da OLP e, posteriormente da ANP, os caminhos seguidos por Yasser Arafat contrastavam, em grande medida, com os estabelecidos pelo Movimento de Resistência Islâmico (Hamás), criado cerca de 30 anos depois.

Esse último, sendo reflexo de um grande descontentamento palestino para com a forma que a questão palestina estava sendo perpetrada, encontrara na década de 80 força suficiente para levar a cabo suas ideias, uma vez que, o movimento ao qual fazia clara oposição, o *Fatah*, falhava ao ceder mais espaço a Israel e abrir mão da libertação de toda a Palestina em detrimento da recuperação dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias.

Retornando ao uso da luta armada, ao invés de embates diplomáticos – que, à época, vinham sendo desenvolvidos como meio de barganha política e culminaram com o iminente fracasso do Processo de Oslo –, o *Hamás* desde tão cedo teve que lidar com uma crescente e poderosa campanha contrária a seus ideais, fato que igualmente moldava o conflito por si só.

Todavia, apesar dessas investidas não terem logrado êxito, vez que a oposição declarada por essa facção já se fazia forte e incontestável, a ponto de revelar uma surpreendente preferência da população palestina para com seus fundamentos – consolidada com a vitória histórica do *Hamás* nas eleições de 2006 –, revela-se a partir daí o porquê de Israel e *Fatah* terem se unido contra o *Hamás* e iniciado, assim, um novo panorama político tendente a acomodação política de ambas as facções e a dificuldade de se estabelecer o Estado Palestino.

É nesse ponto, pois, que a fundamentação do presente trabalho reside: o cenário de intensas rivalidades e disputas por poder entre o *Fatah* e o *Hamás* muito antes de estabelecerem mudanças em suas próprias trajetórias e dinâmicas, prejudicaram – em grande escala – o estabelecimento daquilo que ambos pleiteavam, a criação do Estado Palestino e, por conseguinte, a resolução do conflito palestino-israelense.

Isso porque, apesar das tentativas frustradas de conciliação e governos de coalizão, o interesse maior passou a ser a busca pela sobrevivência de ambos os partidos ao invés do estabelecimento do diálogo pleno e não excludente entre os mesmos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paula Hohgrawe de. Os acordos de Oslo (1993): consequência e causa das intifadas. 2011. Monografia, UFRGS, 2011.

ARAFAT, Yasser. **LETTER FROM YASSER ARAFAT TO PRIME MINISTER RABIN. 09/09/1993.** Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/osloletters.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

AL-SHUAIBI, Issa. The development of a Palestinian entity-counsciouness. Part II. **Journal of Palestine Studies**, vol. 9, n. 2, Winter, 1980, p. 50-70.

AL-SHUAIBI, Issa. The development of a Palestinian entity-counsciouness. Part III. **Journal of Palestine Studies**, vol. 9, n. 3, Spring, 1980, p. 99-124.

BAUMGARTEN, Helga. The three faces/phases of Palestinian nationalism, 1948–2005. **Journal of Palestine Studies**, Vol. 34, n. 4, Summer, 2005, pp. 25-48

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel: a Paz ou o Apartheid.** Paris: La Découverte, 2002.

BRAND, Laurie A. **The Palestinians in the Arab world.** Columbia. 1988.

CARTER, Jimmy. **Palestine: Peace Not Apartheid.** Londres: Pocket Books, 2007.

CARVALHO NETO, Saul Pinheiro de. **Os assentamentos israelenses e os obstáculos gerados para a constituição de um Estado palestino: o maior impedimento à resolução do conflito palestino-israelense?.** Monografia, UEPB, 2014.

CASAS, Pedro. O histórico acordo entre Fatah e Hamas. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2007.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Hamas.** Disponível em: <<http://www.cfr.org/israel/hamas/p8968>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

CULPI, Ludmila Andrzejewski; RODRIGUES, Noeli. A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E OS FATORES QUE IMPEDIRAM O RECONHECIMENTO DA PALESTINA. **Século XXI**, v. 3, n. 2, p. 64-84, 2013.

GATTAZ, André Castanheira. **A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada.** São Paulo: Usina do Livro, 2002.

GHANEM, As'ad. **The Palestinian Regime: a “partial democracy”.** Sussex Academic Press, Brighton and Portland, 2002.

GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Departamento de Ciência Política. São Paulo, 2001.

HILAL, Jamil. Hamas' rise as charted in the polls, 1994-2005. **Journal of Palestine Studies**, vol. 35, no. 3, Spring 2006. Pp. 6-19.

HILAL, Jamil. Problematizing democracy in Palestine. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 23, n. 1, p. 163-172, 2003.

HILAL, Jamil. The polarization of the Palestinian political field. **Journal of Palestine Studies**, vol. 49, no. 3, Spring, 2010. Pp. 24-39.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Editora Companhia das Letras, 2012.

HROUB, Khaled. Hamas: um guia para iniciantes. Trad. LÍlian Palhares-Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

JAMAL, Amal. **The Palestinian National Movement: Politics of Contention, 1967-2005**. Indiana University Press, Bloomington, 2005.

JARBAWI, Ali and PEARLMAN, Wendy. Struggle In A Post-Charisma Transition: Rethinking Palestinian Politics After Arafat. **Journal of Palestine Studies**, vol. 36, no. 4, Summer 2007. Pp. 6-21.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian Identity: the construction of modern national consciousness**. Columbia University Press, New York, 1997.

KHALIDI, Rashid. The Palestinian Dilemma: PLO after Lebanon. **Journal of Palestine Studies**, Vol. 15, No. 1, Autumn, 1985.

KHALIDI, Rashid et al. (eds). **The Origins of Arab Nationalism**. Columbia University Press, New York, 1991.

MAIO, Marcos Chor. Sob o signo do Acordos de Oslo: perspectivas diversas sobre o conflito israelo-palestino. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 3-13, 2014.

MAKDISI, Saree. **Palestine inside out: An everyday occupation**. WW Norton & Company, 2010.

MELLO, Lígia Franco Prados. O conflito interno entre palestinos: Hamas e Fatah. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2007.

MILLER, Aaron D. **The Arab States and the Palestine Question Between Ideology and Self-Interest**. Centre for Strategic and International Studies, Georgetown University, 1986.

MILTON-EDWARDS, Beverley. **The Israeli-Palestinian Conflict: A people's war**. New York: Routledge, 2009.

MOHAMMED, Yasmin. O MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO E A LUTA POR UM ESTADO SOBERANO. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 19, p. 52-63, 2014.

MUSLIH, Muhammad Y. **The Origins of Palestinian Nationalism**. Columbia University Press, New York, 1988.

PAPPE, Ilan. **A history of modern Palestine: One land, two peoples**. Cambridge University Press, 2006.

POICA. The Plot Eastern Segregation Wall. Disponível em: <<http://www.poica.org/details.php?Article=529>>. Acesso em: 29 de julho de 2015.

RAZOUX, Pierre. **Tsahal: nouvelle histoire de l'armée israélienne**. Perrin, 2008.

ROY, Sara M. **Failing peace: Gaza and the Palestinian-Israeli conflict**. Pluto Press, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e política**. Boitempo Editorial, 2003.

SAHLIYEH, Emile F. **In search of leadership: West Bank politics since 1967**. The Brookings Institution, Washington, D.C. 1988.

SAYIGH, Yazīd. **Armed struggle and the search for state: The Palestinian national movement, 1949-1993**. Oxford University Press, 1997.

SCHANZER, Jonathan. **Hamas vs. Fatah**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

SHAW, S. J. and SHAW, E. K. **History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Reform, Revolution, and Republic: the rise of the modern Turkey, 1808-1975. Vol. 2**. Cambridge: University Press, 1977.

SHEMESH, M. **The Palestinian Entity, 1959-1974: Arab Politics and the PLO**, 1996.

SHIKAKI, Khalil. Sweeping victory, uncertain mandate. **Journal of Democracy**, v. 17, n. 3, p. 116-130, 2006.

SHLAIM, Avi. **A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe**. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

SILVA, Ana Paula Maielo. **A política palestina: construção, dinâmicas e desdobramentos**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

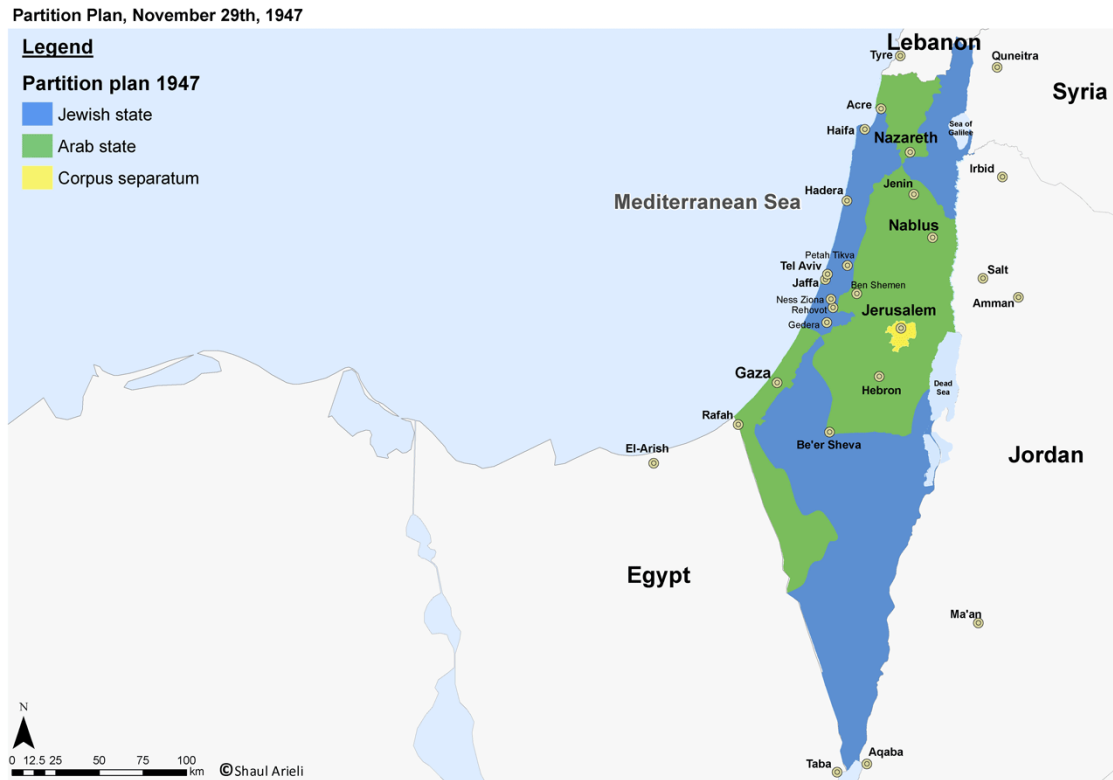
SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina: as raízes do ódio**. Porto Alegre: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul. 1989.

USDS, U. D. o. t. S., *Foreign Terrorist Organizations*, 2012. Disponível em: <<http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Oriente Médio e Afeganistão: Um Século de Conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

## ANEXOS

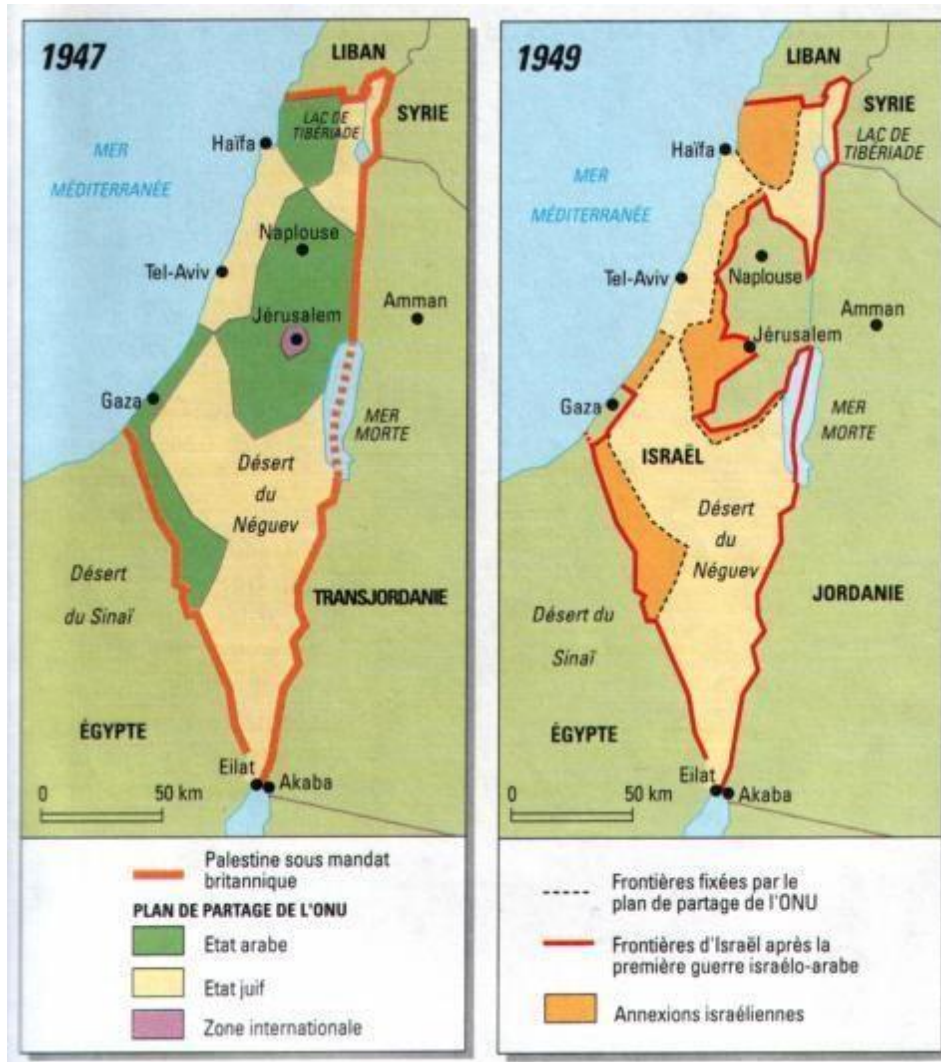
## ANEXO A – MAPA 1 – PLANO DE PARTILHA DA ONU, 1947



Fonte: <[http://www.shaularieli.com/image/users/77951/ftp/my\\_files/maps\\_in\\_english/Policy%20Programs/Map\\_7a--Partition-plan\\_-November-29th\\_-1947.gif?id=10168450](http://www.shaularieli.com/image/users/77951/ftp/my_files/maps_in_english/Policy%20Programs/Map_7a--Partition-plan_-November-29th_-1947.gif?id=10168450)>



**ANEXO B – MAPA 2 – GANHOS TERRITORIAIS ISRAELENSES APÓS A PRIMEIRA GUERRA ÁRABE-ISRAELENSE, 1949**



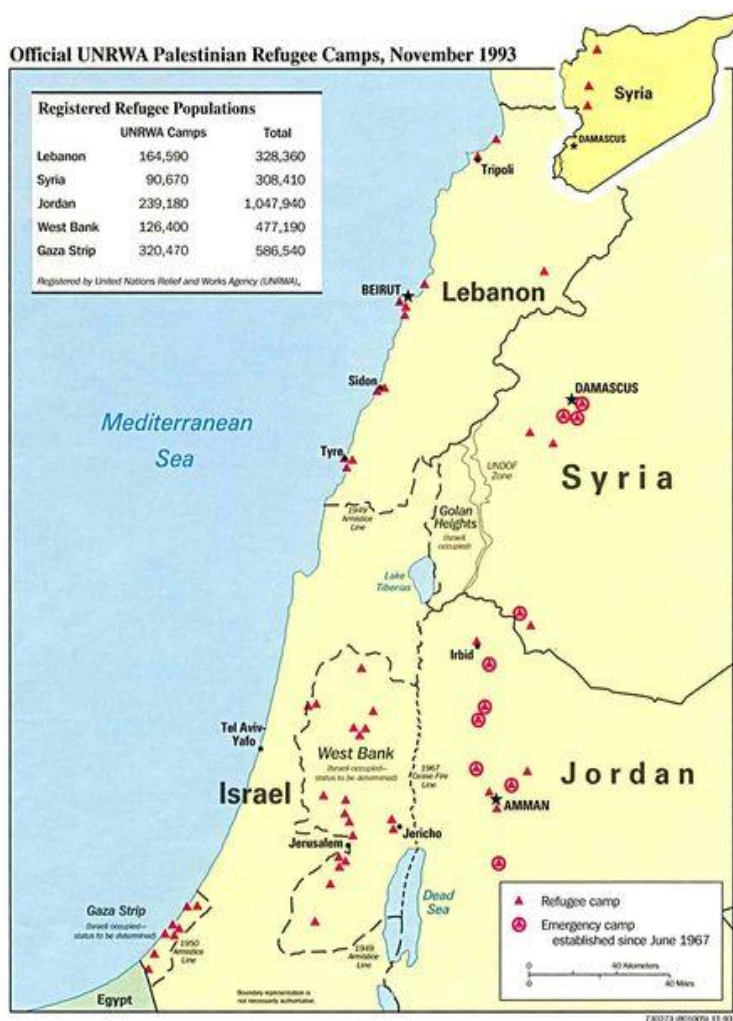
Fonte: <[http://somostodospalestinos.blogspot.com.br/2012\\_12\\_01\\_archive.html](http://somostodospalestinos.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html)>

**ANEXO C – MAPA 3 – GANHOS TERRITORIAIS ISRAELENSES APÓS A GUERRA DOS SEIS DIAS, 1967**



Fonte: <<http://colsantamaria.com.br>>

## ANEXO D – MAPA 4 – SITUAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NA PALESTINA DURANTE O INÍCIO DO PROCESSO DE OSLO, 1993



Fonte: <[http://www.zonu.com/Asia/Syria/Thematic\\_en.html](http://www.zonu.com/Asia/Syria/Thematic_en.html)>